



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Mahony, Mary Ann

Instrumentos necessários escravidão e posse de escravos no Sul da Bahia no século XIX, 1822-1889

Afro-Ásia, núm. 26, 2001, pp. 95-139

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002603>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**“INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS”
ESCRavidÃO E POSSE DE ESCRAVOS
NO SUL DA BAHIA NO SÉCULO XIX, 1822-1889**

Mary Ann Mahony^{*}

O cacau veio da África para a Bahia, trazido por homens e mulheres que haviam sido vendidos como escravos, de acordo com uma tradição oral dos trabalhadores rurais do Distrito de Almada, em Ilhéus, Bahia.¹ Embora esta tradição não coincida com qualquer evidência documental sobre a introdução do cacau no sul da Bahia, se olharmos além dos traços superficiais, para ver um significado mais profundo — o de que os escravos foram essenciais para o estabelecimento da economia cacauífera da Bahia e para a sociedade que se desenvolveu com ela — veremos que a história coincide com as idéias das elites do sul da Bahia, no século XIX, acerca da relação entre a cultura do cacau e a escravidão, exemplificada por uma troca de cartas entre a fazendeira de cacau Dona Paulina Kahene de Sá, viúva de Egydio Luis de Sá, e o Juiz de Órfãos de Ilhéus em 1882, seis anos antes da abolição. O juiz, como supervisor da herança dos filhos de Dona Paulina, lhe havia escrito, sugerindo que ela vendesse os escravos que seus filhos haviam herdado do pai. Ela recusou-se, respondendo, de forma educada, mas firme, que os escravos eram “empregados na agricultura da fazenda”, e vendê-los provocaria um decréscimo no contingente de mão-de-obra empregada na plantação, deixando-

^{*} Professora Assistente, University of Notre Dame. Tradução: Raul Oliveira, revisão da tradução: Valdemir Zamparoni.

¹ Entrevista, Boin, Julho de 1999.

a sem condições de garantir o futuro de seus filhos. O Juiz, afinal, aqui-esceu, “para não privá-la dos instrumentos necessários ao cuidado com a terra e à colheita de seus frutos.”²

Esses indicadores da importância da escravidão na cultura baiana do cacau vão de encontro à noção convencional sobre a história da região cacaueira, segundo a qual os primeiros plantadores de cacau não tinham acesso ao trabalho escravo, ou, quando tinham, o número de escravos que possuíam era tão pequeno que chegava a ser insignificante.³ Eu já sustentei, em outras ocasiões, que essa visão da história regional constitui um mito histórico, formado durante o século XX, como parte da luta da elite do cacau contra seus inimigos imaginários.⁴ Alguns plantadores de cacau tiveram, efetivamente, acesso a escravos, e os consideravam muito importantes. Isto não significa que todos os fazendeiros de cacau tenham possuído escravos, nem que a escravidão tenha sido a única forma de mão-de-obra empregada no sul da Bahia no século XIX. Mas significa, sim, que escravos estiveram presentes em Ilhéus, e trabalhando no cacau — assim como em outras culturas — ao longo de todo o século XIX. Havia muito menos escravos na Ilhéus do século XIX do que nas áreas cafeeiras do Vale do Paraíba ou do oeste paulista, mas isto não fazia de Ilhéus uma anomalia.

A escravidão e a posse de escravos foram comuns em todo o Brasil rural, mas não as grandes propriedades e os vastos contingentes de

² Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Judiciária, Inventários, Ilhéus, nº 02/754/1220/11, Capitão Egydio Luis de Sá, 1880.

³ Adonias Filho, *Sul da Bahia, chao de cacau: uma civilização regional*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, 42; Angelina Rolim Garcez, *Mecanismos da formação socioeconômica no eixo Ilhéus-Itabuna*, Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977, 41; Gustavo Falcón, *Os coronéis de cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus, 1890-1930*, Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983, 21; Amílcar Baiardi, *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia*, São Paulo, Hucitec, 1984, 57; Maria J. Willumsen e Amitava Krishna Dutt, “Café, cacau e crescimento econômico no Brasil,” *Revista de Economia Política*, vol. 11, nº 3(43), 1991, 56; Michael Baud e Kees Koonings, “A lavoura dos pobres: tobacco farming and the development of commercial agriculture in Bahia, 1870-1930,” *JLAS* 31, 287-319.

⁴ Mary Ann Mahony, “A past to do justice to the present: collective memory, historical representation and rule in Bahia’s cacao area,” in Gilbert Joseph, et. al., eds., *Reclaiming the political in Latin American History* (no prelo: Duke University Press; and Mary Ann Mahony, *The world cacao made*, Ph.D. dissertation, Yale University, 1996, 485-525.

força de trabalho, característicos das zonas cafeeiras. O tamanho das propriedades e o número de escravos que nelas trabalhavam variavam enormemente de uma fazenda para outra, ou de um latifúndio para outro, e de região para região, dependendo do tipo de agricultura praticada e da quantidade de força de trabalho requerida. Assim, é útil pensar na escravidão e na posse de escravos, no Brasil, como um contínuo, partindo das pequenas fazendas, onde trabalhava um número reduzido de escravos, até as grandes propriedades, nas quais se empregavam grandes contingentes de escravos. Visto desta maneira, Ilhéus enquadra-se bem na série de exemplos encontrados no Brasil. Neste trabalho, eu investigo as evidências de escravidão na Ilhéus do século XIX, comparo as tendências de lá com as de outras partes da Bahia e do Brasil, na mesma época, e exponho as implicações da escravidão para a história da região.

A população escrava de Ilhéus

A escravidão africana foi introduzida em Ilhéus no século XVI e, em 1724, quase metade (893) dos 1.831 habitantes computados pelos recenseadores coloniais era formada por escravos.⁵ Cento e cinquenta anos depois, em 1872, a quantidade de escravos e de pessoas livres vivendo na área havia aumentado: dos 5.600 habitantes, entre 1.034 e 1.051 eram escravos.⁶ Oito anos mais tarde, ainda havia 977 escravos em Ilhéus, embora a população total tivesse crescido ainda mais, totalizando 10.000 habitantes.⁷

O fato de existirem quase 900 escravos em Ilhéus em 1724, e cerca de 1.000 um século e meio depois, não nos diz quantos escravos houve entre essas datas. Todavia, até hoje não foram encontrados nem cifras nem resultados manuscritos de recenseamentos que nos permitissem determinar um número com exatidão. Não obstante, nós podemos

⁵ Stuart Schwartz, *Sugar plantations in the formation of brazilian society Bahia, 1550-1835*, New York., Cambridge University Press, 1985, 88.

⁶ Os números de 1870 provêm dos registros de escravos, enquanto que as cifras de 1872 provêm do censo. Brasil. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872*. 21 vols in 22. Rio de Janeiro, 1873-76, microfilme.

⁷ João da Silva Campos, *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, Edição comemorativa de sua elevação à categoria de Cidade, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1981, 262.

utilizar a documentação existente para analisar a questão com alguma minudência.

Ao longo de todo este período, a terra era abundante e a população limitada. Depois que os jesuítas foram expulsos em 1759, e os índios hostis foram sendo gradualmente compelidos para o oeste, o distrito começou a ser ocupado por latifúndios e fazendas, e a economia foi crescendo lentamente. Ao mesmo tempo, a população também estava crescendo, chegando a cerca de 2.400 habitantes na época da Independência, e a cerca de 2.795 em 1845.⁸ A mão-de-obra livre, entretanto, continuou muito limitada. Um grupo de índios trabalhava na indústria madeireira, mas, como os índios do início do período colonial, não foram muitos os que se mostraram dispostos a trabalhar em fazendas ou latifúndios. Consequentemente, os escravos africanos permaneceram sendo a solução para a demanda de mão-de-obra da região enquanto a economia crescia.⁹ Não se questiona, portanto, que os escravos permaneceram sendo uma parte importante da população. A questão é: importante até que ponto?

Considerando que a economia e a população estavam em crescimento, seria de se esperar que o número de escravos em Ilhéus também crescesse, ou, pelo menos, que não diminuísse. Se as coisas tivessem continuado como eram em 1724, então cinquenta por cento da população — ou seja, mais de 1.200 habitantes — teria sido constituída por escravos em 1822. Há, no entanto, diversos motivos para supor que uma tal cifra pode ser alta demais. No Engenho Santanna, o único latifúndio de Ilhéus sobre o qual dispomos de dados que cobrem um longo período de tempo, o número de escravos na força de trabalho caiu, de cerca de 30%, ou seja, de 300 pessoas, para algo entre 221 e 204 entre 1789 e

⁸ Spix and Martius, *Viagem pelo Brasil*, 3 vols. Traduzido por Lúcia Furquim Lahmeyer. Revisto e anotado por B. R.. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães. 3ª ed., São Paulo, Edições Melhoramento, 1976, II, 26; APEB, Seção Histórica, Juízes, Ilhéus, maço 2395-1, Dr. Antônio de Aguiar e Silva, Juiz Municipal e Delegado de Polícia ao Presidente da Província, 12 de junho de 1845.

⁹ Há muito, os historiadores sabem que escravos foram trazidos da África para o Brasil porque a população indígena recusava-se a trabalhar, ou a trabalhar bem, na indústria açucareira. Vide Stuart Schwartz, "indian labor and new world plantations: european demands and indian responses in northeastern Brazil," *AHR* 83:1, 43-79. Para a historiografia desta questão, vide B. J. Barickman, *A Bahian counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 17880-1860*, Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1998, 132-135. Para uma discussão sobre a relação entre o desejo de conter a mão-de-obra e a legislação da terra, vide Emília Viotti da Costa, *The brazilian empire, myths and histories*, Chicago, University of Chicago Press, 1985, Cap. 4.

1834.¹⁰ Extrapolar deste caso para a sociedade mais ampla é, no entanto, problemático, porque esse engenho não era um latifúndio típico de Ilhéus. O registro batismal do período entre 1823 e 1843 é um pouco mais útil. Ele nos informa que a proporção total de batismos de escravos, em relação aos batismos de pessoas livres em Ilhéus, entre 1826 e 1843, era de aproximadamente um para quatro.¹¹ Se um entre quatro habitantes de Ilhéus era escravo, então teria havido cerca de 500 escravos nos anos 1820, e cerca de 700 nos anos 1840. Contudo, como muitos dos novos escravos que chegavam a Ilhéus já eram batizados, enquanto outros jamais o foram, esses números podem ser baixos demais.¹²

Nós dispomos de alguns dados, mais ou menos consistentes, sobre a quantidade de escravos em Ilhéus na primeira metade do século XIX. O registro batismal contém informação sobre 451 pessoas (75 homens, 186 mulheres e 190 crianças) claramente identificáveis como escravos.¹³ Desses escravos, 133 (25 homens, 40 mulheres e 68 crianças) pertenciam aos proprietários do Engenho Santanna que, segundo sabemos, possuíam entre 221 e 204 escravos nos anos 1820 e 1830. Os demais 318 pertenciam a 64 pessoas diferentes, cujas propriedades iam de pequenas fazendas a grandes latifúndios.¹⁴ Alguns senhores traziam seus escravos para serem batizados com menos frequência do que seria de se esperar. João Dias Pereira Guimarães, um imigrante português, proprietário do

¹⁰ Schwartz, *Sugar Plantations*, 158; João José Reis and Eduardo Silva, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, Apêndice 3; Foro Epaminondas Berbert de Castro, Ilhéus, Primeiro Cartório da Vara Civil, Acção de Demarcação, Engenho Santanna, 256v.

¹¹ Arquivo da Cúria de Ilhéus, Registro de Batismos, 1823-1843 [doravante, Batismos I]

¹² John Thornton propôs o argumento, interessante e provocativo, de que muitos escravos trazidos para as Américas da Costa Oeste da África, após o século XVI, já haviam sido cristianizados antes de deixar aquele continente. Isto, portanto, poderia explicar as baixas taxas de batismo para os africanos recém-chegados ao Brasil. John K. Thornton, "On the trail of voodoo: african christianity in Africa and the Americas," *Americas* 1988 44(3), 261-278.

¹³ Para contar o número de escravos no registro, eu listei todos os senhores de escravos que apareciam e os escravos registrados como pertencentes a eles, incluindo escravos a serem batizados, pais, quando citados e padrinhos, quando claramente escravos. No caso de escravos adultos, eu considere que cada nome se referia a um indivíduo, mas que os proprietários não possuíam mais de um escravo com o mesmo nome. Embora este método pareça ter sido excessivamente conservador, já que os nomes Maria, Manuel, e Joaquim era muito populares, e vinham, com frequência, acompanhados de um segundo nome não listado no registro batismal, ele evitou a possibilidade de uma contagem dupla de escravos e a conseqüente superestimação da população de escravos. Para uma outra discussão sobre este aspecto, vide Mahony, *The world cacao made*, 321-322.

¹⁴ Batismos, I.

Engenho São João, apresentou escravos para batismo apenas uma meia dúzia de ocasiões, ao longo de vinte anos. Talvez ele não possuísse muitas escravas, ou apenas ocasionalmente batizasse os filhos destas. De mais a mais, alguns dos maiores proprietários de escravos de Ilhéus simplesmente não aparecem no registro. Entre eles estão, por exemplo, o investidor suíço Gabriel May, que estava em Ilhéus em 1831 e transferiu 104 escravos ao seu parente Fernando Steiger em 1857, e os diversos proprietários da Fazenda Almada, onde, na primeira metade do século, trabalharam pelo menos entre uma e duas dúzias de escravos. Mesmo quando os proprietários apresentavam escravos para batismo com mais frequência, estes não refletiam, necessariamente, o contingente total da mão-de-obra escrava: apenas cerca de 2/3 dos escravos do Engenho Santanna aparecem no registro. Por conseguinte, parece claro que os 451 escravos no registro batismal constituem somente parte do total. Mesmo se acrescentarmos a esse número os escravos do Engenho Santanna que não figuram no registro, para uma população de 522 escravos, estaremos provavelmente bem abaixo do número real.

Embora esses dados não nos mostrem o número exato de escravos na primeira metade do século XIX, eles certamente indicam que os escravos, em Ilhéus, constituíram uma parte importante da população durante aqueles anos, como tinham constituído em 1724, e iriam constituir em 1872 e 1881. O número absoluto de escravos pode ter decrescido na segunda metade do século XVIII, mas, por volta de meados do século XIX, a população escrava havia voltado ao tamanho que tinha em 1724, e pode ter sido maior, em 1870, do que havia sido em qualquer período anterior.

Esse contingente de escravos tinha algumas características incomuns para o Brasil. Em primeiro lugar, a maioria esmagadora parece ter sido constituída por brasileiros ao longo de todo o século XIX. Isto não surpreende, em se tratando de regiões agrícolas brasileiras após o término do tráfico de escravos, mas é surpreendente para a primeira metade do século XIX. Não obstante, este parece ter sido o caso. Apenas um dos 221 escravos no Engenho Santanna, em 1828, havia nascido na África.¹⁵ Além disto, apenas vinte escravos africanos aparecem no registro batismal entre

¹⁵ Stuart Schwartz, *Slaves, peasants and rebels: reconsidering brazilian slavery*, Urbana e Chicago, University of Illinois Press, 1996, 53

as décadas de 1820 e 1840, para um total de 261 escravos adultos.¹⁶ Mesmo reconhecendo que alguns dos maiores proprietários locais não batizavam seus escravos, esta é uma taxa baixa para o Brasil de antes de 1850. Dados coletados dos inventários de propriedades, e das escrituras de compra e venda de propriedades, dos anos 1840 aos anos 1880, mostram que 55,6% dos escravos haviam, claramente, nascido no Brasil, enquanto que apenas 14,9% deles eram, claramente, de origem africana.¹⁷ É certo que isto nos deixa sem informações acerca de 29,5% dos escravos encontrados nos documentos. Ainda assim, é uma divisão que coincide, quase que exatamente, com aquela do censo de 1872, que apontou para uma população de escravos africanos na ordem de 14,1%, e uma população escrava brasileira de 85,8%.¹⁸

Como seria de se esperar de um grupo predominantemente brasileiro, a população escrava continha, aproximadamente, um número idêntico de homens e mulheres. Em 1828, o contingente de escravos do Engenho Santanna estava, de acordo com Stuart Schwartz, “bem equilibrado, com 109 homens e 113 mulheres.”¹⁹ Na fazenda de João Segismundo Cordier, havia sete escravos, quatro homens e três mulheres, em 1849. O contingente de escravos na Fazenda Victoria compunha-se metade de homens e metade de mulheres em 1857: dos cento e doze escravos na propriedade, cinquenta e seis eram homens e cinquenta e seis eram mulheres. De forma similar, em 1861, no Engenho Castello Novo, havia vinte e seis mulheres e vinte e oito homens. Por ocasião do censo de 1872, o número de escravas excedia o de escravos: 555 para 496.²⁰

¹⁶ Baptismos I.

¹⁷ Livros de notas, inventários de propriedades e casos judiciais mantidos no Arquivo Público do Estado da Bahia e no Fórum Epaminondas Berbert de Castro contêm informações sobre vendas de escravos e sobre contingentes de escravos nos latifúndios e fazendas. Uma amostra aleatória desse material permitiu a criação de um banco de dados sobre 755 escravos de Ilhéus, no qual se baseia grande parte da discussão que se segue. Escravos constantes dos registros batismais não foram, no entanto, incluídos no banco de dados maior, porque as mulheres apareciam, nos registros batismais, em quantidades desproporcionais ao seu número real na sociedade, uma vez que os pais de crianças escravas raramente eram mencionados nos batismos.

¹⁸ *Recenseamento, 1872*.

¹⁹ Schwartz, *Slaves, Peasants and rebels*, 52.

²⁰ APEB, SH, Livros de Notas, Ilhéus, nº 12, 12/4/1851-04/25/1854, Escrivão: Hostílio Tulo Albuquerque Melo; SJ, Ilhéus, Inventários, nº 02/786/1253/06, Maria José Scola del Rei and Josefina Carolina Scola del Rei, 1861; *Recenseamento, 1872*.

De um grupo predominantemente brasileiro, com quantidades aproximadamente iguais de homens e mulheres, seria de se esperar que produzisse um grande número de crianças escravas, e este parece ter sido o caso. Havia crianças escravas em muitos dos latifúndios e fazendas onde viviam mulheres em idade reprodutiva. Entre 1823 e 1843, um mínimo de cento e noventa bebês escravos nasceu em cerca de sessenta latifúndios e fazendas. Em 1857, quando Steiger assumiu a Fazenda Victoria, vinte e nove, dos cento e quatro escravos na plantação, eram crianças com menos de sete anos. De forma similar, em 1861, em Castello Novo, onze, dos cinquenta e três escravos na propriedade, eram crianças com menos de sete anos e outras cinco tinham entre sete e onze anos. Em 1872, havia 249 crianças escravas, com idades variando de 1 a 11 anos, correspondendo a cerca de 23,6% de todos os escravos, em toda a cidade.²¹

Este tipo de população escrava é o que seria de se esperar em uma região na qual a madeira e a produção comercial de vegetais alimentícios, aguardente e algum açúcar haviam sido as mais importantes atividades econômicas durante a maior parte do século precedente. No início do século, os plantadores, em Ilhéus, não tinham recursos para comprar muitos escravos através do tráfico africano, que tinha sua base em Salvador, e não em Ilhéus. Os investidores que chegaram ao município depois de 1800 possuíam algum capital, mas não recursos ilimitados, já que a maioria deles tendia a ser proveniente de antigas famílias brasileiras, comprando propriedades baratas para aumentar o patrimônio que haviam herdado, enquanto outros eram aventureiros europeus: artesãos, ex-militares ou refugiados de guerra. Para todos eles, parece ter feito sentido comprar um número de escravas maior do que a média, a maioria das quais terá sido brasileira, porque elas eram mais baratas do que os escravos homens. Pelo menos um senhor de escravos de Ilhéus, Fernando Steiger, tentou explicitamente estimular a reprodução, encorajando o casamento entre os seus escravos e oferecendo prêmios às escravas que dessem à luz mais de seis crianças.²² Ele fugia da regra, mas pode

²¹ *Baptismos, II*, APEB, SH, Livros de Notas, Ilhéus, nº 12, 12/4/1851-04/25/1854, Escrivão: Hostílio Tulo Albuquerque Melo; SJ, Ilhéus, Inventários, nº 02/786/1253/06, Maria José Scola del Rei and Josefina Carolina Scola del Rei, 1861; *Recenseamento, 1872*.

²² Maximiliano I, Imperador do México, "Mato Virgem," in *Recollections of my life*, 3 vols., nova edição com um prefácio. London, R. Bentley, 1868, III:358-59; Ele fugia da regra, ao encorajar

não ter sido o único fazendeiro local a esperar resolver, com a reprodução natural, alguns de seus problemas com a mão-de-obra.

Todavia, a reprodução natural não tinha condições de reproduzir a população escrava, muito menos de permitir que ela crescesse. Tudo que ela podia fazer era evitar que seu número decaísse velozmente. A resistência dos escravos frequentemente tomava a forma de um controle de natalidade natural, abortos e infanticídios, de forma que as taxas de natalidade tendiam a ser baixas, e as populações escravas não se reproduziam, e muito menos aumentavam.²³ Além do mais, dar à luz era algo arriscado para qualquer mulher no Brasil do século XIX. Complicações no parto e no pós-parto eram responsáveis pela morte de muitas mulheres, ricas e pobres, escravas e livres.²⁴ Criar as crianças não era menos difícil: febres de diversos tipos matavam dúzias de bebês e crianças pequenas a cada ano. Se levarmos em consideração os problemas especiais sofridos pelas escravas — a incapacidade de controlar os períodos de trabalho e de descanso, problemas de nutrição e maus tratos nas mãos dos proprietários — criar uma criança até a idade adulta teria sido especialmente difícil, embora os dados disponíveis não sejam suficientes para determinar as taxas de mortalidade infantil.

Novos escravos vinham para Ilhéus através do comércio regional e com a África, que tinham sua base no mercado em Salvador. Ironicamente, os esforços britânicos para suprimir o tráfico de escravos aparentemente tornaram possível que os senhores de escravos de Ilhéus passassem a recebê-los diretamente da África depois de 1830. Já na década de 1830, um residente de Ilhéus queixava-se da facilidade com que navios negreiros aportavam em na cidade, dando prosseguimento ao “escandaloso e ilícito tráfico de africanos.”²⁵ Quando as autoridades brasileiras

o casamento, já que os fazendeiros normalmente não o faziam. Vide Stanley Stein, *Vassouras: a Brazilian coffee county, 1850-1900, The role of planter and slave in a plantation society*, 155, Schwartz, *Sugar plantations*, 384; Emília Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, 3rd. Ed. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, 290 e *The Brazilian empire*, 135-136.

²³ Estudiosos da escravidão brasileira são unânimes neste ponto. Vide, por exemplo, Schwartz, *Sugar Plantations*, 359-60; Barickman, *Bahian counterpoint*, 137-8.

²⁴ Para exemplos vívidos da extrema vulnerabilidade das crianças à morte decorrente de doenças, vide APEB, SH, Livro de Registro dos óbitos do Escrivão Firmino Pereira Caldas, n° 1, 1889-1895.

²⁵ Silva Campos, *Crônica*, 228.

começaram a controlar o Recôncavo, para coibir o contrabando de escravos a partir de 1848, os traficantes, segundo consta, transferiram suas operações para Ilhéus e Camamú.²⁶ Em fevereiro de 1851, o Juiz de Direito relatou que escravos eram descarregados em Ilhéus para serem entregues em fazendas ao longo da costa baiana. Sabe-se que, em janeiro e setembro daquele ano, várias centenas de escravos aportaram, com sucesso, em Ilhéus.²⁷ Em outubro de 1855, falou-se de um outro desembarque bem sucedido de africanos contrabandeados e, em abril de 1856, houve uma tentativa de desembarque de escravos perto de Cururupe, ao sul da cidade.²⁸ Em 1858, um dos plantadores que vivia perto da Lagoa estava “já na lista negra, pelo tráfico de carne humana.”²⁹ Autoridades provinciais tinham suspeitas suficientes para vigiar Ilhéus de perto, mas, a despeito de toda a sua vigilância, a cidade permaneceu sendo um dos poucos lugares, no Brasil, onde os traficantes continuaram desembarcando escravos com sucesso após 1850. Considerando que o contrabando, quando bem sucedido, deixa poucos indícios, é impossível saber ao certo quantos de tais escravos entraram em Ilhéus durante este período, mas a rede de boatos local dizia que muitas centenas haviam sido distribuídas entre as famílias proeminentes locais.³⁰ Certamente, alguns o foram: toda a sorte de documentos produzidos em Ilhéus, após 1850, descreve escravos africanos jovens demais para terem sido importados antes de 1830 e, muito provavelmente, antes de 1850.³¹

²⁶ Silva Campos, *Crônica*, 235.

²⁷ APEB, SH, Juizes, Ilhéus, maço 2397, Joaquim Rodriguez de Sousa, Juiz de Direito para o Presidente da Província, 17 de fevereiro de 1851; Leslie Bethell, *The abolition of the brazilian slave trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, 358.

²⁸ APEB, SH, Juizes, Ilhéus, maço 2397, Ernando Dantas dos Santos, Juiz de Direito, para o Presidente da Província, 14 de abril de 1856.

²⁹ Robert Avé-Lallemant, *Viagem pelo Norte do Brasil no Ano de 1859*, trad. Eduardo de Lima Castro, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1961, 73.

³⁰ O Juiz calculava que o navio Memoam havia trazido, no total, 510 escravos, dos quais eles haviam recuperado pouco mais de 100, e que um número desconhecido havia desaparecido na floresta, levado pelo traficante de escravos, ou havia sido perdido no naufrágio. APEB, SH, Juizes, Ilhéus, maço 2397, Joaquim Rodriguez de Sousa, juiz de direito, para o Presidente da Província, 30 de setembro de 1851.

³¹ Dois de tais africanos, Cornélia Angélica da Conceição e Constança Maria da Conceição, morreram após a abolição, em outubro de 1889 e julho de 1891, respectivamente. Ambas foram listadas, no registro de óbitos, como africanas, com quarenta anos de idade e de ascendência ignorada. Mesmo considerando que sua idade tenha sido subestimada, elas devem ter sido trazidas para o Brasil após 1830 e, muito provavelmente, após 1850. APEB, SH, Livro de Registro dos Óbitos do Escrivão Firmino Pereira Caldas, Número 1.

Todavia, após 1860, não houve mais novas levas de africanos chegando ao Brasil, e os latifundiários e fazendeiros de Ilhéus voltaram a recorrer aos comércios local e regional. Por volta de 1872, eles haviam trazido para Ilhéus escravos provenientes de várias outras comunidades na Bahia, particularmente aquelas ao redor da Baía de Todos os Santos e da Cidade do Salvador, de Sergipe, do Pará, do Maranhão e de Alagoas. A compra e venda de escravos parou apenas quando a lei assim o determinou: os documentos mostram transações envolvendo escravos — normalmente um ou dois de cada vez — até quase o final dos anos 1880. Naquela década, alguns desses homens e mulheres eram pessoas livres reescravizadas.³²

Escravidão na ascensão do cacau

Seria tentador presumir que esses escravos estavam associados apenas ao setor açucareiro, e que, quando a economia cresceu, houve um setor econômico, no caso, o cacauero, que foi baseado inteiramente no trabalho livre. Infelizmente, não foi este o caso. Embora um importante setor de trabalho livre — de pequenas fazendas familiares — realmente tenha se desenvolvido na fronteira oeste, a introdução do cacau no sul da Bahia e sua ascensão gradual até tornar-se o principal produto agrícola da região, permitiu que o sul baiano crescesse economicamente sem aumentar, de modo substancial, o número de escravos lá existentes. Assim, a Ilhéus do século XIX assistiu a uma expansão da economia que foi simultânea à transferência de capital e de recursos das plantações de açúcar e de vegetais alimentícios para as culturas do café e do cacau. Finalmente, o cacau emergiu como a mais importante cultura da região. As dificuldades em se obter escravos e a natureza da população escrava existente, foram fatores determinantes para a decisão dos latifundiários e fazendeiros de se dedicarem a esta cultura.

Embora o açúcar e o cacau sejam, ambas, mercadorias tropicais, elas exigem condições muito diferentes de trabalho e, portanto, de capital. Se o açúcar requer pesados investimentos em infra-estrutura e uma

³² Para exemplos de possível reescravização, vide APEB, SH, Juízes, maço 2402, 15 de fevereiro de 1870; 29 de agosto de 1871.

grande quantidade de trabalhadores, o cacau não requer nem uma coisa nem outra — pelo menos, em termos comparativos. Embora o açúcar fosse o produto agrícola mais prestigioso e valioso da Bahia, no período colonial e no século XIX, muitas pessoas começaram a defender a cultura do cacau no século XVIII. Os jesuítas foram os primeiros a introduzir, sistematicamente, o cacau na região, quando começaram a plantá-lo em suas propriedades de Camamú e Ilhéus, no século XVIII. Pouco depois, um colono português, em Canavieiras, começou também a plantá-lo. Nos anos 1780, as autoridades coloniais estavam encorajando o seu cultivo no sul da Bahia, argumentando que ele ofereceria excelentes retornos e exigia pouca demanda de força de trabalho e de capital. Latifundiários e fazendeiros — acreditavam eles — poderiam plantá-lo sem ter de comprar muitos escravos adicionais, ou mesmo nenhum.³³ Uns poucos latifundiários e fazendeiros do sul baiano começaram a plantar cacau nos anos seguintes, mas o cultivo só se desenvolveu lentamente. Novos investidores, na região, estavam mais interessados em madeira, açúcar e mandioca do que numa nova cultura, cuja popularidade na Europa só umas poucas elites compreendiam. Com a abertura dos portos, no entanto, o cacau começou a chamar mais atenção, especialmente entre os imigrantes alemães e suíços da região. Nos anos 1830, o sul da Bahia podia exportar, anualmente, 26 toneladas.³⁴

Autoridades do governo baiano, preocupadas com o crescimento econômico e a escassez de mão-de-obra, logo perceberam e divulgaram o potencial do cacau e esses novos desenvolvimentos no sul da Bahia. Em 1838, Miguel Calmon, um dos mais importantes estudiosos da agricultura no Brasil do século XIX, e conselheiro do Imperador, apresentou um estudo sobre a cultura do cacau aos membros da Sociedade de Agricultura da Bahia. Ele informava que o cacau estava começando desenvolver-se no sul da Bahia, embora ele não conhecesse ninguém que o estivesse plantando. Assim, a fim de obter mais informações sobre o cultivo do cacau, ele havia lido o material disponível sobre esta cultura no Caribe, e descobrira que apenas dez pessoas — incluindo os idosos,

³³ Manuel Ferreira da Câmara, “Ensaio de descrição física, e econômica da Comarca de São Jorge dos Ilhéus,” in *Memórias Economicas da Academia das Sciencias da Lisboa*. 1 (1789): 304-350.

³⁴ Mahony, *The world cacao made*, 179-219.

os doentes ou os muito jovens — ou seis homens adultos eram suficientes para manter e colher uma plantação com 6.400 cacaueiros.³⁵ Ele parecia oferecer uma esplêndida oportunidade de crescimento econômico, numa Bahia assolada por baixos ganhos na indústria açucareira e pela crescente escassez de mão-de-obra.

Nos quinze anos seguintes, a cultura do cacau simplesmente explodiu em Ilhéus, embora somente poucos dos novos plantadores provavelmente tivessem ouvido falar em Miguel Calmon e na Sociedade d'Agricultura à qual ele pertencia. Os pés de cacau que essas pessoas estavam plantando logo chamaram a atenção de outras. Sebastião Ferreira Soares registrou que o cacau estava se desenvolvendo bem no sul da Bahia, em seu estudo, de 1852, sobre a agricultura brasileira. Alguns anos mais tarde, o Juiz de Direito de Ilhéus publicou um panfleto relatando o sucesso crescente do cacau na região, e, por volta de 1869, o Presidente da Província relatava à Assembléia Legislativa que o cacau parecia constituir uma cultura muito promissora para a Bahia. Por ocasião da abolição, em 1888, já haviam sido plantados cacaueiros em quantidade suficiente para permitir que o sul da Bahia exportasse 13.000 toneladas de cacau em 1900 e se tornasse um dos principais produtores mundiais.³⁶

Diversos grupos diferentes de pessoas foram responsáveis por este crescimento, incluindo aristocráticos plantadores de açúcar do Recôncavo, colonos europeus, migrantes do nordeste do Brasil, escravos africanos e libertos, índios pacificados e descendentes dos colonizadores de Ilhéus. Os plantadores de açúcar, os colonos europeus e alguns outros, possuíam escravos e capital disponível para aplicar no novo empreendimento, embora a maioria dos fazendeiros de cacau não dispusesse de nada disto. Mas era esta a vantagem do cacau na Bahia do século XIX — pessoas que queriam plantá-lo não necessitavam de um grande capital,

³⁵ Miguel Calmon du Pin e Almeida, "Memoria sobre a cultura de cacao" *Boletim da Sociedade d'Agricultura da Bahia*. 1946, reprinted in the *Gazeta de Ilhéus*, 16-30 de outubro de 1904.

³⁶ Sebastião Ferreira Soares, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*, 2.ª Ed. Série Pensamento Econômico Brasileiro nº 2, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977; Joaquim Rodrigues de Souza citado em Leo Zehntner, *Le cacaoyer dans l'état da Bahia*, Berlin, Verlag Von R. Friedlander & Sohn, 1914, 35-36; Bahia. Relatório....., 1869, 107.

nem de grandes contingentes de trabalhadores para começar. Assim, plantadores de açúcar, com seu capital empatado em engenhos e escravos, bem como fazendeiros com uns poucos trabalhadores diaristas, e os pobres da zona rural, todos podiam cultivar algum cacau: a extensão do que eles poderiam plantar dependia do contingente de mão-de-obra e do capital ao qual eles tivessem acesso. Por conseguinte, das centenas de plantações de cacau no sul da Bahia, em 1880, algumas eram muito grandes e muito bem instaladas, com mais de 100.000 cacauzeiros, pertencentes a famílias ricas, com engenhos de açúcar, serrarias e cafezais. Outras formavam um grupo intermediário, com talvez cinco a dez mil cacauzeiros, enquanto que a maioria era constituída de plantações pequenas e completamente marginais, com cerca de 1.000 pés de cacau, cada uma, ou pouco mais. Escravos trabalhavam em todas as propriedades muito grandes, e na maioria das de médio porte, mas em poucas das plantações muito pequenas.³⁷

Os registros de batismo, inventários e documentos notariais mostram que a posse de escravos era muito difundida no século XIX. O registro de batismo para os anos de 1823 a 1843 contém informações sobre setenta e um diferentes proprietários de escravos, representando, talvez, 65 diferentes latifúndios e fazendas. Nos anos 1870 e 1880, os registros batismais e os inventários mostram 126 proprietários de escravos na comunidade. É difícil dizer que porcentagem das famílias de Ilhéus esses senhores de escravos representavam. O censo de 1872 listou 1.029 fogos, ou seja, residências, no município, e é evidente que nem todos abrigavam escravos. Considerando-se 126 proprietários de escravos e 1.029 residências, é possível que escravos fizessem parte de pouco mais de doze por cento das famílias de Ilhéus. Pelas mesmas evidências, 43 entre 100 inventários das décadas de 1870 e 1880 — ou seja, 43% — ou incluíam escravos ou eram de conhecidos proprietários de escravos cujos inventários tiveram lugar nos dezoito meses posteriores à abolição. A lista dos mais importantes plantadores de cacau e comerciantes em Ilhéus,

³⁷ Durval Vieira de Aguiar, *Descrições práticas da província da Bahia: Com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Prefácio de Fernando Sales. 2^a Ed. Rio de Janeiro, Livraria Cátedra em convênio com o Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação, Brasília, 1979, 264-266.

de 1912, parece confirmar a grande proporção de senhores de escravos entre os fazendeiros bem estabelecidos ou ricos latifundiários do século XIX: pelo menos metade das pessoas nela citadas provinham, ou passaram a fazer parte através do casamento, de famílias que haviam possuído escravos no século XIX. Algumas dessas famílias já eram ricas neste século, outras eram simplesmente prósperas — mas, juntas, elas formavam a elite do século XIX e constituíram as raízes da elite do cacau no século XX.

Embora a posse de escravos fosse muito difundida na Ilhéus do século XIX, existiam enormes diferenças quanto ao número de escravos que cada um possuía. Os latifundiários que possuíam as maiores quantidades de escravos eram aqueles ligados às famílias da elite açucareira do Recôncavo. Eles eram donos de duas dúzias de propriedades açucareiras e madeiras de Ilhéus, de mais de trinta escravos, e estavam entre os maiores proprietários de escravos na Bahia. Durante o século XIX, eles fizeram grandes investimentos no cacau. Entre eles, estavam as famílias Sá, Cerqueira Lima e Gallo.

Os dez filhos do Dr. José de Sá Bittencourt Câmara, da Bahia e de Minas Gerais, adquiriram o Engenho Santanna, com seus 204 escravos, quatro léguas de terra e um engenho de açúcar recentemente reformado, ao Marquês de Barbacena em 1834. Nos anos que se seguiram, eles adquiriram mais escravos e mais terras, por compra ou por casamentos, e os dividiram entre os 6 irmãos que se estabeleceram em Ilhéus.³⁸ Embora o engenho tenha permanecido dedicado à plantação da cana e ao processamento do açúcar, nos anos 1850, vários membros da família haviam posto seus escravos para trabalhar na transformação das demais propriedades em áreas policulturais, nas quais o cacau, finalmente, veio a tornar-se o principal produto. Egydio Luis de Sá Júnior e Paulina Kahene reuniram o engenho que o pai dele havia construído à plantação de cacau iniciada pelo pai dela, disto resultando a Fazenda Boa Vista, na qual, mais tarde, ela acreditaria ser impossível colher seu cacau sem o uso de seus escravos.³⁹ Fernando Steiger e Amélia Sá assumiram a Fazenda

³⁸ FEBC, PCVC, Ilhéus, AD: Engenho Santanna; Batismos I; APEB, Série Viação, Registro Ecclesiástico de Terras, Ilhéus.

³⁹ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 02/754/1220/11, Capitão Egydio Luis de Sá, 1880.

Vitória, uma propriedade que já produzia madeira, aguardente e café, com a mão-de-obra de cerca de 120 escravos, e a transformaram em um dos latifúndios mais bem organizados da Bahia. Steiger, um ávido naturalista, experimentou inúmeras culturas novas, inclusive a do cacau, e, nos anos 1870, trouxe, para Ilhéus, um novo tipo de cacau do Maranhão. Quando ele faleceu, pouco depois da abolição, seus herdeiros encontraram 20.000 cacaueiros na propriedade, além de cana-de-açúcar e café.⁴⁰ No Castello Novo, os irmãos Sá Homem del Rei e seus filhos transformaram um engenho de açúcar, com campos de cana e uns poucos pés de cacau, numa plantação de cacau de mais 50.000 pés, com o uso de seus 52 escravos.⁴¹

Fortunato Pereira Gallo, um filho de senhores de engenho do Recôncavo, tomou da sua herança e comprou três propriedades em Ilhéus, as quais produziam açúcar, madeira e algum cacau com o trabalho de 60 escravos, conforme seu testamento de 1867. Em 1881, a família ainda possuía, pelo menos, 23 escravos — e havia 200.000 cacaueiros na plantação, o que a tornava um dos maiores latifúndios cacaueiros da Bahia à época.⁴² Quando o Dr. Pedro Cerqueira Lima, da famosa família baiana de traficantes de escravos, comprou o Engenho Almada, na década de 1850, este era uma plantação de cana-de-açúcar em funcionamento, com apenas 1.500 cacaueiros e um contingente de talvez trinta e cinco escravos. Seu filho, Pedro Augusto Cerqueira Lima, pôs os escravos a trabalhar no plantio do cacau e, quando ele morreu, em 1892, havia quase 200.000 pés de cacau na propriedade. Não se sabe o número exato de escravos que ele possuía, mas as treze casas de trabalhadores existentes na propriedade, em 1892, eram um testemunho silencioso de sua quantidade.⁴³

⁴⁰ Livros de Notas, Ilhéus, nº 12, 12/4/1851 - 04/25/1854, Escrivão: Hostílio Tulo Albuquerque Melo; Maximiliano, *Recollections*, III:360; FEBC, PCVC, AD: Fernando Steiger e outros v. Albino Francisco Martins, 1911.

⁴¹ APEB, SJ, Inventários, nº 02/786/1253/06, Maria José Scola del Rei and Josefina Carolina Scola del Rei, 1861.

⁴² FEBC, Ilhéus, PCVC, Registro de Testamentos; Aguiar, *Província da Bahia*, 266.

⁴³ Vide APEB, SH, Livros de Notas, Ilhéus, nº 14, 27/04/1854 a 10/11/1859, Hostílio Tulo de Albuquerque Melo; ABEP, SJ, Inventários, Salvador, nº 05/2177/2646/04, Testamenteiro, Pedro Cerqueira Lima, 1881; FEBC, PCVC, Inventário, Pedro Antonio Cerqueira Lima, 1894.

Esses grandes proprietários de terras não eram os únicos residentes locais que empregavam escravos no plantio de cacau em suas fazendas. Um grupo de lavradores bem estabelecidos, que não possuía engenhos de açúcar, mas plantava cacau, tinha entre 10 e 30 escravos, cada um. O Tenente Coronel Manoel Marques Cardoso, por exemplo, possuía 14 escravos e 8.000 cacaueiros, ao fazer seu testamento em 1866. A família Lavigne, de imigrantes franceses, possuía 15 escravos, 15.100 pés de cacau e 3.000 cafeeiros quando Maria Bonim Lavigne faleceu em 1878. José Lopes da Silva, filho de imigrantes portugueses, nascido em Inhambupe, Bahia, tinha onze escravos, 8.030 pés de cacau e 1.000 cafeeiros em sua fazenda em 1888, enquanto seu filho possuía outros dois escravos e um número não especificado de pés de cacau e de café em sua fazenda. Manoel Cardoso da Silva e Lucinda de Lima e Silva possuíam 10 escravos e duas plantações de cacau.⁴⁴

Um grupo de lavradores de posses mais modestas tinha entre dois e 10 escravos. João Segismundo Cordier possuía oito escravos e pouco mais de 1.600 cacaueiros, ao morrer em 1849. Em 1860, Maximiliano da Áustria observou que Henrique Berbert possuía dois pequenos cacauais, muito bonitos, e dois escravos que trabalhavam para ele.⁴⁵ Berbert adquiriu mais alguns escravos ao longo da segunda metade do século, e possuía 10.000 cacaueiros ao morrer em 1902.⁴⁶ Acrísio Januário Cardoso possuía pouco mais de 1.000 cacaueiros e sete escravos quando faleceu em 1887, embora, provavelmente, tivesse tido quatorze anteriormente. Joaquim Alves da Silva tinha nove escravos e 3.867 cacaueiros. João Pedro Bonim tinha quatro escravos e 1.200 pés de cacau. Felícia Maria Abreu e Castro possuía quatro escravos e 1.579 cacaueiros ao

⁴⁴ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 02/750/1216/09, Maria Bonim Lavigne, 1878; nº 03/1298/1767/08, Acrísio Januário Cardoso, 1887; nº 02/760/1226/04, José Lopes da Silva, 1888; nº 02/762/1228/12, João Carlos Hohlenwerger, 1886; nº 02/759/1225/3, Domingos Lopes da Silva, 1883; FEBC, PCVC, Inventário, Domingos José de Lemos, 1888. Registro de Testamentos. Arquivo da Cúria de Ilhéus: Livro de Registro dos Batismos, parte de um livro, c. 1870-1876 (doravante, *Baptismos, II*); *Registro dos Nascimentos* dos filhos d'escravos que tiverem ocorrido de 28 de setembro de 1871 em diante, conforme a lei 2040 d'aquella data (doravante, Registro dos nascimentos).

⁴⁵ Maximiliano, *Recollections*, III:368.

⁴⁶ APEB, SH, Livros de Notas, nº 16, 21/01/1860 a 28/08/1863, Hostílio Tulo de Albuquerque Melo e nº 18, 1/3/64 - 26/4/70, Escrivão, Vicente Ferreira Dias; Registro dos Nascimentos; FEBC, PCVC, Inventário, Henrique Berbert, 1902.

falecer, embora, ela e sua irmã, juntas, tivessem tido muito mais escravos anteriormente.⁴⁷

Um último grupo de proprietários possuía apenas um escravo. Cinquenta e oito senhores de escravos aparecem apenas uma vez no registro de batismos.⁴⁸ Além disso, dez dos dezoito proprietários falecidos nos anos 1880 possuíam, ao morrer, apenas um escravo. Isto não significa que eles nunca tivessem tido mais de um escravo, mas, certamente, indica que eles não possuíam muitos. Entre eles, estava Sofia Claudentina Batista e seu marido Francisco Batista Santa Clara que tinham um velho escravo africano e 7.100 cacaueiros quando ela faleceu. Maria Juliana Wense também possuía um escravo e 1.936 pés de cacau. Agostino Antonio da Silva possuía um escravo empregado na agricultura e 1.000 cacaueiros.⁴⁹

Céticos, versados nas tradições orais e historiográficas sobre o cacau baiano, poderiam argumentar que esta é apenas uma evidência indireta da existência de escravos trabalhando na cultura do cacau. Mas eles incorreriam em erro ao tentar insistir que escravos não trabalharam no cacau: existem inúmeras referências explícitas, nos documentos do século XIX, a escravos trabalhando na cultura do cacau. Em 1860, por exemplo, o plantador alemão de cacau Franz Kahene processou Guilhermina Wyrtsmun para reaver os seus escravos que, segundo ele alegava, ela estaria retendo. Ele insistia que esses escravos haviam sido incluídos no preço da fazenda de cacau que ele adquirira do marido de Wyrtsmun, em 1853. No processo, que se arrastou por anos, ele alegava que tinha comprado a Fazenda Marly e seus acessórios, incluindo 6 escravos (um homem adulto, sua esposa e 4 filhos em idade de trabalho), por 4:500\$. Ela contestava

⁴⁷ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 03/1298/1767/08, Acrísio Januário da Silva, 1887; nº 03/742/1207/02, João Pedro Bonim, 1868; nº 02/761/1227/13, Joaquim Alves da Silva, 1885; nº 02/759/1225/6, Felícia Maria Abreu e Castro, 1883. APEB, SJ, Inventários, nº 02/795/1220/14, João Segismundo Cordier, 1849; nº 02/761/1227/13, Joaquim Alves da Silva, 1885; nº 03/742/1207/02, João Pedro Bonim, 1868; nº 03/1298/1767/08, Acrísio Januário Cardoso, 1887; nº 02/759/1225/6, Felícia Maria Abreu e Castro, 1883; nº 03/742/1207/03, Sofia Claudentina Batista, 1882; nº 03/762/1228/03, Maria Juliana Wense, 1885; nº 03/742/1207/03, Agostino Antonio da Silva, 1868; FEBC, PCVC, Registro de Testamentos.

⁴⁸ *Baptismos, II; Registro dos Nascimentos.*

⁴⁹ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 03/742/1207/03, Sofia Claudentina Batista, 1882; nº 03/762/1228/03, Maria Juliana Wense, 1885; nº 03/742/1207/03, Agostino Antônio da Silva, 1868.

que os escravos não haviam sido incluídos no preço de compra, que, na verdade, teria sido de 1:500\$, em vez da soma maior por ele mencionada. Em sua defesa, o advogado dela argumentava que nunca se ouvira falar na venda de uma plantação com escravos por um preço tão baixo, uma vez que 6 escravos valiam, no mínimo, 3:000\$, ou 500\$ cada, e o preço de compra, de 1:500\$ não poderia tê-los incluído. O juiz acreditou nela, e ordenou que os escravos fossem postos sob sua custódia.⁵⁰

Em 1869, em um outro conflito de interesses acerca de escravos e cacau, os irmãos Abreu e Castro envolveram-se numa longa disputa sobre a propriedade de um cacau em terras pertencentes aos seus pais. As duas irmãs argüiam que elas eram “proprietárias exclusivas” do cacau, “cultivado e ampliado, até o presente, com escravos e outros trabalhadores da fazenda e da casa comum”.⁵¹ Quando o advogado de seus irmãos argumentou que isto significava que os cacaueiros pertenciam à propriedade de seus pais, as moças modificaram sua história. De acordo com seu novo arrazoado, elas próprias haviam plantado e cuidado dos pés de cacau, e tinham comprado um dos escravos da família, presumivelmente aquele que trabalhava em seu cacau, com o dinheiro ganho com suas costuras. A confusão acerca de quem tinha plantado e cultivado o cacau era vital para determinar sua propriedade. A fim de provar que eram donas do cacau, as irmãs tinham de provar que, ou elas próprias, ou um escravo de sua propriedade, teriam sido responsáveis por sua plantação e cultivo. Se um escravo de seus pais o tivesse plantado, então o cacau reverteria ao patrimônio paterno — a ser dividido entre todos os irmãos. Embora tivesse sido travada uma longa batalha judicial em torno da propriedade do cacau e da terra, e sobre se esses escravos, em particular, tinham ou não plantado este cacau em particular, ninguém se insurgiu contra a afirmação, generalizada, de que escravos plantavam cacau.⁵²

Viúvas, reportando-se à herança de seus filhos menores, também faziam referência a escravos trabalhando no cacau. Em 1876, a viúva de

⁵⁰ APEB, SJ, Processos Cíveis, Ilhéus, AL, 3/7204, Franz Otto Kahene, v. Dr. Gaspar Wyrzmun e mulher, 1860.

⁵¹ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 03/1270/1739/10, José Francisco de Abreu, 1863.

⁵² APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 03/1270/1739/10, José Francisco de Abreu, 1863.

João Pedro Bonim informou ao Juiz de Órfãos que o escravo que seu filho recebera, como parte da herança de seu pai, estava empregado na limpeza e cultivo do cacau que ele também tinha recebido como parte da herança.⁵³ Em 1882, como já vimos, Dona Paulina Kahene de Sá opôs-se ao Juiz de Órfãos, quando este tentou forçá-la a vender os escravos que seus filhos haviam herdado do pai, Egydio Luis Sá Júnior. Suas ações — ela alegava — iriam causar uma redução da mão-de-obra em sua fazenda de cacau, deixando-a incapaz de prover o futuro de seus filhos. Afinal, o Juiz permitiu que ela conservasse os escravos, “a fim de não privá-la dos instrumentos necessários ao cuidado com a terra e à colheita de seus frutos.”⁵⁴

Os donos consideravam os escravos tão importantes, que lutaram para mantê-los até os últimos dias da escravidão. O irmão da velha Luiza Ludovina de Sá Bittencourt escondeu, enquanto pôde, os escravos que ela deixara, ao morrer em 1867. Ela tinha vivido no latifúndio do irmão por muitos anos, morreu sem deixar herdeiros diretos, e ele era o cabeça da família: assim, no seu entender, a propriedade dela lhe pertencia. Vários sobrinhos, sobrinhas e primos discordavam disto, mas a abolição terminou chegando antes que a questão fosse finalmente resolvida. Algo similar aconteceu quando Egydio Luis de Sá, o pai, faleceu. Por muitos anos, alguns dos seus herdeiros queixaram-se de que o seu genro, Fernando Steiger, estava usando escravos pertencentes à Boa Vista. Contudo, Steiger recusou-se a apresentar os escravos para avaliação quando o inventário de Sá teve início. Mais uma vez, a abolição chegou — e Steiger faleceu — antes que a situação tivesse sido resolvida.⁵⁵

Os plantadores de Ilhéus estavam tão desesperados por mão-de-obra, e o cacau tornava tão útil cada ser humano numa plantação, que eles punham crianças para trabalhar nos campos e nas barcaças de secagem. Cada braço era tão valioso que os plantadores tratavam estas crianças como mão-de-obra cativa, mesmo após a promulgação da Lei do Ventre Livre, como o pai delas, Alberto, descobriu em 1887. Alberto era uma criança de sete anos de idade, vivendo na Fazenda Embira, per-

⁵³ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 03/742/1207/02, João Pedro Bonim, 1868.

⁵⁴ APEB, SJ, Ilhéus, Inventários, Capitão Egídio Luís de Sá, 1888.

⁵⁵ APEB, SJ, Ilhéus, Inventários, Capitão Egídio Luís de Sá, 1888.

tencent a João Teodoro de Farias e à sua esposa América Brasileira de Sá. A mãe dele, Thereza, era uma escrava de Farias, e seu pai, Pedro, um escravo de Cerqueira Lima, da vizinha Fazenda Almada. Em duas ocasiões, no final dos anos 1880, Pedro tentou obter a custódia do seu filho, mas Farias recusou-se a deixar Alberto ir. A razão — Pedro alegou depois — era que Farias dizia que Alberto já estava “virando o cacau nas barcas de secagem.”⁵⁶

Em 1880, quando Durval Vieira de Aguiar percorreu a Bahia em nome do governo baiano, havia centenas de latifúndios e fazendas de cacau na municipalidade de Ilhéus. A maioria era muito pequena, com um total de menos de 1.000 cacauzeiros, pertencentes a agricultores pobres ou a fazendeiros que estavam apenas começando. Outros formavam um grupo intermediário, com cerca de cinco a dez mil cacauzeiros, e pertenciam a famílias com acesso a algum capital. Umas poucas eram propriedades grandes e bem estabelecidas, com mais de 100.000 cacauzeiros. Estas pertenciam a famílias ricas, com engenhos de açúcar, serrarias e plantações de café e de cacau. Escravos haviam plantado os cacauzeiros em todas as propriedades muito grandes e na maioria das de tamanho médio. Às vezes, eles trabalhavam até nas fazendas pequenas.⁵⁷

Não havia uma separação total entre cultivos com mão-de-obra livre ou com mão-de-obra escrava, ou entre o trabalho manual feito por pessoas livres ou por escravos, na Ilhéus do século XIX. Quando Maria Bárbara de Sá, indagada pelo Juiz, em 1868, se os escravos herdados por seus filhos eram empregados no tratamento do cacau que lhes pertencia, respondeu que “os escravos dos órfãos trabalhavam junto com outros (pertencentes à viúva) no serviço geral da fazenda.” Em outras palavras, eles faziam o que quer que fosse necessário: limpavam a terra, transformavam troncos de árvores em vigas e tábuas, plantavam, cultivavam, colhiam e processavam cana-de-açúcar, cacauzeiros e mandioca. Assim como no restante do Brasil anterior a 1888, em Ilhéus, o trabalho era algo que, onde e quando possível, as pessoas livres mandavam que os escravos fizessem. Existia uma distinção entre pessoas que possuíam e

⁵⁶ APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu, Diogo, Escravo, vítima: Thereza Escrava.

⁵⁷ Aguiar, *Província da Bahia*, 264-266.

pessoas que não possuíam escravos — mas esta distinção não tinha a ver com os cultivos, e sim com o montante de capital disponível para os latifundiários e fazendeiros: aqueles com acesso a algum capital possuíam escravos; aqueles que não tinham acesso a capital, não os possuíam.

Escravos e redes de comércio

Os escravos não eram importantes apenas pelo trabalho que faziam, mas também pelo papel que desempenhavam nas redes de comércio em Ilhéus. Na Bahia do século XIX os escravos eram importantes garantias de crédito. Antes da abolição, os escravos serviam como a forma mais importante de caução no Brasil, especialmente para fazendeiros em áreas remotas, como o sul da Bahia. Comerciantes nas grandes cidades relutavam em fazer negócios com latifundiários e fazendeiros que estavam distantes dos centros de comércio: era difícil monitorar seus investimentos, e quase impossível, para um comerciante, executar, penhorar e leiloar latifúndios e fazendas em áreas remotas. Como afirmava Charles Vaughan e Companhia, em 1866, eles não gostavam de fazer negócios com pessoas em lugares distantes, porque era extremamente difícil cobrar os débitos. Eles queixavam-se de que, se requeriam a execução judicial de um débito garantido por uma propriedade rural em um local remoto, a rede de amigos, parentes e clientes tornava quase impossível, primeiro, penhorar a propriedade e, segundo, encontrar um comprador para ela.⁵⁸ O resultado era que, em toda a Bahia e, na verdade, em todo o Brasil, somente os plantadores que dispunham de garantias consideradas atraentes pelos comerciantes — em outras palavras, escravos, porque eram semoventes e valiosos — estavam em condições de negociar diretamente com eles. Uma vez que os comerciantes estrangeiros constituíam, também, as fontes essenciais do crédito agrícola, isto significava que somente plantadores que possuíam escravos tinham acesso direto ao crédito agrícola. Assim, em Ilhéus — como em outras partes da Bahia — um pequeno número de grandes proprietários de terras e seus parentes, com investimentos em açúcar, cacau, madeira e escravos, monopoli-

⁵⁸ FEBC, Ilhéus, PCVC, Major Christiano Sellman e mulher Maria Benevides Sellman v. Joaquim Pereira da Costa Jangada, 1897.

zava o comércio com Salvador e o crédito agrícola. Eles eram os principais compradores e vendedores de cacau, eles forneciam a maior parte do crédito agrícola para latifundiários e fazendeiros de cacau, e eram, também, as fontes da maioria dos bens mercantis na região.⁵⁹ Entre eles, estavam os Sá, os Homem del Rei, os Adami de Sá, os Lavigne de Lemos, os Cerqueira Lima, os Amaral e outros pertencentes à categoria dos proprietários de escravos. Assim, mesmo aqueles fazendeiros que não utilizavam diretamente o trabalho escravo — ou usavam-no pouco — se viam forçados a participar da economia de base escravista, quando vendiam suas safras, tomavam empréstimos ou compravam comida, suplementos agrícolas ou vestuário a crédito.

Outros residentes locais também terminavam comprando mercadorias feitas por escravos. Costureiras, sapateiros, ferreiros e pescadores, cada um possuía uns poucos escravos, que haviam sido treinados nesses misteres. Residentes de Ilhéus que desejassem comprar roupas ou ferramentas produzidas localmente, ou ferrar um cavalo, ou comprar peixe, freqüentemente se viam lidando com escravos, quer fossem eles próprios senhores de escravos, quer não. Pequenos lojistas, que não negociavam, eles mesmos, diretamente com Salvador, freqüentemente serviam de intermediários entre proprietários que desejavam vender um escravo e o comprador que desejava obtê-lo. Assim, embora eles não dependessem, necessariamente, do trabalho de escravos, eles negociavam com escravos e seus clientes entravam em contato com as realidades da escravidão ao visitar as suas lojas.

Vida de escravo

A vida quotidiana dos escravos de Ilhéus, como dos escravos em geral, girava em torno do trabalho.⁶⁰ Quase três quartos deles trabalhavam na agricultura, mas havia também serviços domésticos, artesãos, costureiras

⁵⁹ Este sistema era, essencialmente, aquele que Stuart Schwartz descreveu para o Recôncavo. Schwartz, *Sugar plantations*, 204-211.

⁶⁰ Mas, sob outros aspectos, ela era típica, porque os ritmos do trabalho atendiam às necessidades da agricultura. Em São Paulo, isto freqüentemente significava que o dia de trabalho estendia-se ao longo de 12 a 18 horas diárias. da Costa, *Da senzala*, 266.

e pescadores entre eles.⁶¹ Até certo ponto, suas experiências dependiam do tipo de trabalho que faziam, do fato de viverem numa grande, média ou pequena propriedade, ou do fato de viverem na cidade ou no campo.

Nas grandes propriedades, a rotina diária lembrava a dos latifúndios açucareiros do Recôncavo e das plantações de café do Vale do Paraíba. Na Fazenda Vitória, os escravos se levantavam às 5 da manhã e eram recebidos pelo feitor, portando o seu chicote. Ele os contava e distribuía as tarefas do dia, eles recebiam rações na cozinha e iam para os campos, onde trabalhavam durante todo o dia, com apenas uma pequena pausa. Retornando à sede da propriedade, eles eram contados de novo, devendo, então, pedir e receber a bênção de Steiger.⁶² Depois da pequena cerimônia, ele os mandava para as cozinhas, para receberem sua ração vespertina de carne seca, farinha e um biscoito. Com suas cotas de alimentos, eles podiam, então, retirar-se para as senzalas, (que Maximiliano chamou de “cabanas parecidas com estábulos”), para cozinhare suas refeições e relaxarem para a noite.⁶³ O ritual era semelhante, embora não tão elaborado, na Fazenda Embira, de propriedade de João Theodoro de Farias e América Brasileira Mello de Sá, nos anos 1880. O apito da plantação chamava os escravos para o trabalho pela manhã, e eles se reuniam no pátio da propriedade para que Farias os inspecionasse, os contasse e lhes atribuísse as tarefas do dia.⁶⁴

Nas fazendas menores, as rotinas eram, sem dúvida, bem menos formais. Bert Barickman acredita que membros da família teriam trabalhado lado a lado com o escravo, o escravo teria comido junto com a família, e a enorme distância entre a casa grande e as senzalas não teria existido.⁶⁵ Certamente, em fazendas com menos trabalhadores, não teria havido apitos ou gongos para chamar os escravos pela manhã, nem a

⁶¹ De acordo com o censo de 1872, 72% de todos os escravos de Ilhéus trabalhavam na agricultura. Outros 10% eram serviços domésticos, cuidando de crianças, cozinhando, limpando, buscando água e servindo refeições nas casas dos seus senhores. 3% eram artesãos, ferreiros, pescadores, sapateiros, alfaiates e costureiras na cidade. Os demais 15% não tinham uma profissão fixa, e eram, presumivelmente, crianças. *Recenseamento, 1872*.

⁶² Nas áreas de cultivo de café, os escravos recebiam a bênção pela manhã, embora as práticas variassem de uma propriedade para outra. da Costa, *Da Senzala*, 266.

⁶³ Maximiliano, *Recollections*, III:361.

⁶⁴ APEB, SJ, nº 06/182/15, Reo, Diogo, Escravo, vítima: Thereza Escrava.

⁶⁵ Barickman, “The Slave Economy,” 424-426.

revista das tropas pelo proprietário. Com base na documentação sobre Ilhéus, no entanto, parece que nós não devemos idealizar sua situação. Em muitas fazendas pequenas, havia apenas uma casa, o que significa que os escravos não dispunham de alojamentos em separado, ou que os escravos dormiam do lado de fora. Provavelmente, nenhuma dessas situações era muito confortável, um carecendo de espaço separado do de seu senhor, outro carecendo de abrigo. Em qualquer dos casos, os escravos não dispunham de um espaço próprio. Em tal situação, é bem possível que os escravos estivessem “em serviço” da hora em que o senhor acordava, pela manhã, até a hora em que ele, ou ela, fosse dormir à noite.

Este era, especialmente, o caso dos escravos de casa, responsáveis por cozinhar, limpar e cuidar dos filhos de seu senhor. Fosse em grandes ou pequenas propriedades, fosse na cidade ou no campo, eles estariam acordados antes da família do proprietário e dormiriam apenas depois que todos os membros da família, ou qualquer convidado, já estivessem dormindo. Em grandes latifúndios, como o de Steiger e o de Farias, essa rotina pode ter sido diária, já que os proprietários tinham condições de possuir escravos especializados em uma forma ou outra de trabalho. Todavia, em propriedades médias e pequenas, não teria sido possível uma tal divisão de trabalho. Escravos de casa teriam, também, de ajudar durante a colheita e em outros períodos de pico no trabalho agrícola, além de cumprir suas obrigações regulares.

A luta diária de todos esses escravos era, de alguma forma, atenuada pela “brecha camponesa na escravidão”.⁶⁶ Senhores de escravos em Ilhéus, como seus pares no resto do Brasil, permitiam que seus escravos cultivassem, criassem galinhas ou fabricassem utensílios domésticos.⁶⁷ A prática era comum entre todos os senhores de escravos, segundo comentário de uma das irmãs Abreu em 1860. Segundo ela, “todo mundo sabe que os senhores de engenho e lavradores de todos os tipos permitem mesmo aos seus próprios escravos que plantem coisas que são deles, que

⁶⁶ Existe uma copiosa literatura sobre a “brecha camponesa”. Para a melhor suma desta literatura e documentação sobre a brecha camponesa no Recôncavo do século XIX, vide B. J. Barickman, “A bit of land, which they call roça”: Slave provision grounds in the bahian recôncavo, 1780-1860”, *HAHR*, 74:4, 649-683.

⁶⁷ Maximiliano, *Recollections*, III:361.

cuidem de suas plantações em dias certos e determinados, com as quais... [eles] até mesmo se alimentam”.⁶⁸

Os escravos não apenas usavam a brecha camponesa para alimentar-se, eles também a usavam para ganhar dinheiro. Muitos vendiam os produtos que plantavam ou os utensílios domésticos que fabricavam, em lojas e em feiras ao ar-livre, em todo o município.⁶⁹ O mais interessante é que alguns deles usavam sua terra para plantar cacau e participar, eles próprios, da economia de exportação. Quando o imigrante alemão João Segismundo Cordier morreu, dentre as benfeitorias em suas terras estavam 84 cacauzeiros de 10 anos de idade, sem valor porque pertenciam ao escravo João, da mesma fazenda.⁷⁰ Nos anos 1860, quando o escravo Sabino foi assassinado, a roça de que ele estava cuidando era um cacauzal novo, no qual milho e feijão haviam sido plantados para fornecer sombra aos jovens pés de cacau.⁷¹ Nos anos 1870, Jorge, um escravo africano pertencente a Felipe Wense, e o escravo Fortunato da Encarnação, ambos possuíam cacauais.⁷² Todos esses cacauais parecem ter sido plantados em terras pertencentes aos senhores de escravos mas, os pés de cacau em si, bem como seus produtos, eram considerados propriedades dos escravos.

Alguns escravos conseguiram fazer uso da “brecha camponesa” para obter sua própria liberdade, ou emprestar dinheiro a amigos e familiares que necessitavam de recursos para esta ou alguma outra finalidade. Leonor, uma das escravas de Cerqueira Lima, por exemplo, emprestou, ao liberto Veríssimo Baptista Lapa, 500\$ para que ele comprasse a liberdade de sua esposa, nos anos 1860.⁷³ Em 1871, Jorge, o escravo de Wense que possuía o cacauzal, emprestou 50\$ à africana liberta Arminda Cordier Gallião, para que ela pudesse dar entrada no inventário do seu falecido marido, um africano liberto.⁷⁴ Em 1874, Jorge transferiu seu cacauzal para o seu senhor em troca de sua liberdade. Três anos antes,

⁶⁸ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, 03/1270/1739, José Francisco de Abreu, 1863.

⁶⁹ APEB, SH, Juízes, Ilhéus, maço 2402, Juiz de Direito para o Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871; SJ Inventários, nº 02/795/1220/14, João Segismundo Cordier, 1849.

⁷⁰ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, 02/754/1220/14, João Segismundo Cordier, 1849.

⁷¹ APEB, SH, Juízes, Ilhéus, maço 2402, Antonio Gomes Vilhaca Juiz de Direito ao Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871.

⁷² APEB, SH, Livro de Notas nº 27.

⁷³ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 03/1270/1739/07, Veríssimo Baptista Lapa, 1868.

⁷⁴ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 02/740/1205/11, Tito Gallião (africano), 1871.

Fortunato da Encarnação havia vendido seu cacau, embora o preço não tenha sido suficiente para que ele obtivesse sua liberdade.⁷⁵

Os escravos tinham uma vida além do trabalho: eles também travavam amizades e formavam famílias. Isto não surpreende, considerando que muitos dos escravos de Ilhéus haviam nascido no município, mas alguns africanos chegaram a Ilhéus com relacionamentos familiares intactos, como foi o caso de dois irmãos africanos que viviam em Ilhéus nos anos 1870. A maioria dos escravos da África e de outras partes do Brasil, entretanto, tinha de construir seus relacionamentos após a chegada. Com o tempo, eles criavam uma complexa rede de laços de parentesco reais e fictícios, que tendia a ligar africanos a africanos, e brasileiros a brasileiros. Os laços mais fortes uniam escravos nas plantações onde eles viviam, mas também podiam aproximar escravos de plantações vizinhas, ou também em plantações pertencentes a vários membros da mesma família.

As quantidades mais ou menos idênticas de homens e mulheres na população escrava permitiam a formação de casais heterossexuais entre escravos dentro de latifúndios e fazendas, ou mesmo em latifúndios e fazendas vizinhas. Fazia-se a corte após o trabalho, ou em dias de folga, e um pretendente podia dar sinal de que tinha intenções sérias, presenteando algum utensílio doméstico, tal como um lençol.⁷⁶ Sempre que possível, esses casais viviam juntos com seus filhos, e, em muitos latifúndios e fazendas maiores, as senzalas eram divididas de acordo com o grupo familiar. Maximiliano relatou que Steiger dividia suas senzalas desta forma, mas homens e mulheres pertencentes ao mesmo senhor parecem ter tido permissão para viverem juntos em muitas plantações. Escravos que estabeleciam relações com escravos pertencentes a outro senhor, no entanto, não tinham tanta sorte. Viver juntos simplesmente não era possível.⁷⁷

⁷⁵ Vide, por exemplo, o inventário de José Lopes da Silva, no qual Joaquim comprou sua liberdade por 200\$, o inventário de A.A. Cerqueira, no qual Francisca comprou sua liberdade por 210\$ mais a concordância em trabalhar para a família, o inventário de Cândido Narciso Soares, no qual Bruno pagou 300\$ por sua liberdade, Floriza libertou-se com 250\$ em 1879. APEB, SJ, Inventários, nº 02/760/1226/04, José Lopes da Silva, 1888, nº 03/749/1215/06, Antonio Alves Cerqueira, 1876, nº 03/1270/1739/01, Cândido Narciso Soares, 1870/1, nº 03/753/1219/02, Christiano Manoel Sá Bittencourt Câmara, 1879.

⁷⁶ APEB, SH, Juizes, maço 2402, Antonio Gomes Villaça, Juiz de Direito, ao Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871.

⁷⁷ Maximiliano, *Recollections of My Life*, III: 361; APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava. 1887.

Alguns desses relacionamentos entre escravos eram formalizados através de cerimônias, embora só umas poucas tivessem lugar na igreja católica. Das centenas de casamentos realizados em Ilhéus, entre 1856 e 1888, apenas sete foram entre dois escravos, e outros dois entre um escravo e uma pessoa livre. Todas as fontes, juntas, de registros de paróquias e inventários, mostram apenas 16 casais de escravos que eram formalmente casados. Outros escravos, porém, eram unidos em cerimônias supervisionadas pelo dono da plantação. Steiger “cuidava para que seus escravos se casassem logo que possível,”⁷⁸ numa cerimônia que ele presidia, seguida por um banquete ao qual compareciam todos os escravos.⁷⁹ Este ritual não parece ter raízes africanas, mas pode muito bem ter tido um sentido religioso protestante, uma vez que Steiger era protestante.

A maioria desses relacionamentos, no entanto, não eram oficialmente sancionados, nem pela igreja católica, nem pelos senhores de escravos. Muitos eram formalizados apenas quando os escravos passavam a morar juntos. A comunidade local reconhecia a existência desses relacionamentos: os casais de escravos os reconheciam, assim como os outros escravos, e também os senhores. Dois desses casais de escravos, batizando filhos nos anos 1830 e 1840, não estavam listados como casados, e seus filhos não foram inscritos como legítimos, embora ambos os genitores constem do registro. Havia um casal de escravos, e seus filhos, trabalhando na plantação de Guilhermina Wyrztzman em 1853.⁸⁰ O Dr. Pedro Calasans possuía escravos, listados como “um escravo pardo e sua mulher, José e Maria, parda”.⁸¹ Ao longo do Rio Cachoeira, tanto os senhores quanto os escravos reconheciam Sabino e Eulália, e Maria e Victor, como casais.⁸² Existem inúmeros outros exemplos nos documentos.

Escravos tinham outros relacionamentos além dos de sangue e dos amorosos. Aqueles que pertenciam aos mesmos senhores freqüentemente se ligavam uns aos outros, criando redes de parentesco fictício. Eulália,

⁷⁸ Maximiliano, *Recollections*, III:358.

⁷⁹ Maximiliano, *Recollections*, III:358.

⁸⁰ APEB, SJ, Processos Cíveis, Ilhéus, No: 3/7024, Franz Kahene v. Dr. Gaspar Wyrztzman e mulher, 1860.

⁸¹ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, nº 02/749/1215/3, Dr. Pedro Calasans, 1875.

⁸² APEB, SH, Juizes, maço 2402, Antonio Gomes Vilhaça para o Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871.

uma mulher pertencente a Egydio Luis de Sá, e João Gomes, um escravo africano de Angola, se referiram a esses relacionamentos quando indagados acerca de investigações criminais, nas quais eles tinham se envolvido. Ao responder às perguntas da polícia sobre quem tinha matado o seu amasiado Sabino, Eulália referiu-se aos seus parceiros, ou colegas de trabalho, quando comentava sobre os escravos com os quais ela trabalhava, e rotulava outros segundo seus respectivos donos. João Gomes descreveu seus companheiros escravos fugitivos da mesma maneira: ele dividiu o grupo de sete escravos do sexo masculino evadidos, do qual ele fazia parte, entre seus “parceiros” e escravos pertencentes a outras pessoas.⁸³ Nem Eulália nem Gomes explicaram o que, para eles, significava ser um “parceiro”, e eles estavam, claramente, usando uma linguagem fornecida pelas autoridades no curso do interrogatório, mas isto não significa que não houvesse um vínculo entre pessoas que pertenciam à mesma pessoa.⁸⁴ Parceiros, em Ilhéus, eram, com frequência, embora nem sempre, parentes, e freqüentemente serviam como padrinhos para os filhos uns dos outros.⁸⁵ Os parceiros, particularmente aqueles com laços do tipo fictício de apadrinhamento ritual, cuidavam uns dos outros: eles guardavam segredos uns em nome dos outros, mentiam aos senhores uns dos outros, tratavam uns dos outros, quando doentes, e enterravam uns aos outros, quando faleciam.⁸⁶

Eu não quero criar uma imagem falsamente idealizada desses relacionamentos, porque os escravos não formaram uma frente unida contra os senhores de escravos. Os documentos mostram que rivalidades e desentendimentos eclodiam regularmente entre eles. Uma dessas cisões

⁸³ APEB, SJ, Processo Crime nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo, africano; vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

⁸⁴ Hebe Maria Mattos de Castro enxerga esse termo como ambíguo, derivando ele, segundo crê, da visão que os senhores tinham dos escravos, mas que escravos também o utilizavam para referir-se a outros escravos, com os quais eles tinham boa convivência, mas que não faziam parte de suas famílias. Hebe Maria Mattos de Castro, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil século XIX*, 3.ª Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993, 121-129.

⁸⁵ Às vezes, os padrinhos eram escravos de propriedades vizinhas, mas, de acordo com o registro batismal, eles, em sua grande maioria, pertenciam ao mesmo senhor que a mãe da criança. Vide Baptismos, I, II; Registro dos Nascimentos.

⁸⁶ Vide, por exemplo, o comportamento dos escravos na plantação dos Farias, Fazenda Embira, que levou à morte da escrava Thereza e ao julgamento de seu parceiro Diogo. APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava. 1887.

tinha um fundo étnico, com escravos nascidos no Brasil, de um lado, e escravos africanos de outro. Os escravos do Engenho Santanna dividiam-se entre africanos e brasileiros, em 1789. Os brasileiros, dentre eles, queriam que os trabalhos mais perigosos na plantação fossem atribuídos aos africanos.⁸⁷ Em 1875, João Gomes sugeriu que os mesmos tipos de ruptura estavam acontecendo no latifúndio Gallo, quando se queixou de que outros escravos inventavam histórias a seu respeito, que lhe causavam problemas.⁸⁸ Gomes constituía um caso especial, porque ele era um homem sofisticado de Angola, que deixava claro que estava acostumado a coisa melhor do que a escravidão, e a lugares melhores do que Ilhéus, o que pode ter contribuído para seus problemas com outros escravos, mas tais tensões parecem ter sido comuns.

Alguns dos problemas entre escravos derivavam de rivalidades concernentes a relações homem-mulher. Tentativas de sedução, ciúmes e infidelidade entre casais de escravos podiam causar problemas. Nos casos mais extremos, a tensão podia agravar-se até que alguém fosse morto. Aparentemente, foi este o caso quando o feitor de escravos de Egydio Luis de Sá foi assassinado em 1871.⁸⁹ Dois escravos eram suspeitos de havê-lo matado, cada um dos quais tinha estado cortejando a sua parceira, Eulália.⁹⁰ Problemas semelhantes irromperam no latifúndio dos Farias, em 1887, quando Pedro, um escravo de Cerqueira Lima, chegou à plantação vizinha dos Farias, para visitar sua companheira Thereza, uma escrava dos Farias, e a encontrou “na casa de Diogo”, presumivelmente na cama com ele, ou tendo se mudado para lá. Pedro e Thereza, depois disto, puseram fim a uma relação de que tinham nascido cinco filhos, e ela e Diogo tornaram-se um casal. Diogo, no entanto, permaneceu com ciúmes terríveis de Pedro e, um dia, enraivado, espancou barbaramente Thereza. Seu ataque só terminou quando os vizinhos e o seu irmão intervieram para fazê-lo parar. Uma semana mais tarde, ela estava morta,

⁸⁷ Stuart Schwartz, “Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves’ view of slavery,” *HAHR* 57:1 (1979): 69-81.

⁸⁸ APEB, SJ, Processo Crime n° 21/748/9, Réu João Gomes, escravo, africano; vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

⁸⁹ APEB, SH, Juízes, Maço 2402, Juiz de Direito para o Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871.

⁹⁰ APEB, SH, Juízes, Maço 2402, Juiz de Direito para o Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871.

embora não seja claro se em decorrência desse espancamento, ou se de outro que ela, mais tarde, recebeu do seu dono, ou ainda, se em virtude de uma tentativa frustrada de livrar-se do bebê que trazia no ventre.⁹¹

Alguns desses problemas resultavam das tensões a que os escravos estavam submetidos. Os escravos e suas famílias sofriam problemas sérios, porque os senhores sempre se interpunham entre homens e mulheres, entre pais e filhos. *Patria potestad*, a tradição legal, segundo a qual aos patriarcas — em outras palavras, aos maridos e pais — eram atribuídos poderes significativos sobre as vidas das esposas e dos filhos, era algo que não valia para os escravos.⁹² Thereza e Pedro, por exemplo, tinham formado um casal por tempo suficiente para gerarem cinco filhos, mas parecem nunca terem vivido juntos, porque ela e as crianças pertenciam a João Theodoro de Farias, enquanto ele pertencia a Pedro Augusto Cerqueira Lima. Até que ponto isto contribuiu para seus problemas não é claro, mas era algo que, provavelmente, não tornava sua situação mais fácil.⁹³

Laços familiares e de amizade entre escravos também eram quebrados pelos senhores. Escravos eram vendidos regularmente, embora essas vendas pareçam ter ocorrido em torno de três momentos particulares, dois na vida do senhor e um na vida de um jovem escravo. Os registros de venda do município indicam que crianças abaixo de dez anos normalmente não eram separadas de suas mães. Por outro lado, adolescentes parecem ter sido regularmente vendidos em Ilhéus, especialmente quando donos de fazendas de pequeno e médio porte queriam levantar fundos. Proprietários que ficavam endividados, ou deixavam de cultivar ativamente, às vezes, vendiam todos os seus escravos, ou os transferiam para membros da família, que viviam em outros locais. Além disto, quando os proprietários faleciam, endividados ou não, os escravos podiam ser vendidos. Os herdeiros levavam o escravo ou os escravos que tinham herdado para suas propriedades, ou os vendiam, quando numerosos herdeiros compartilhavam um pequeno número de escravos. Por outro lado, uma venda podia significar que a viúva, ou viúvo, do *de cujos* tinha

⁹¹ APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava. 1887.

⁹² APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava. 1887.

⁹³ APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava. 1887.

alguma má vontade contra o escravo. Os casos dos escravos pertencentes às famílias Dunda e Vianna são ilustrativos. Em 1871, Manuel Francisco Dunda comprou uma escrava de nome Januária, que tinha entre 7 e 10 anos de idade. Ela foi viver na fazenda da família com dois outros escravos, um homem adulto, Antonio, de quarenta e cinco anos, e um jovem, Pompeio, de doze. Três anos depois, Dunda morreu, afundado em dívidas. O Juiz não exigiu que a viúva vendesse os escravos, mas, no processo de liquidação da herança, Antonio e Januária foram vendidos. De acordo com os registros notariais, Antonio tinha 45 anos, e Januária era mencionada como tendo treze. Quer ela tivesse dez anos — como seria correto, se ela tinha sete anos em 1871 — quer tivesse treze, o fato é que ela havia sido vendida duas vezes antes de alcançar a idade adulta.⁹⁴ Em outro caso, quando seu marido faleceu, Bemvinda Alexandrina Vianna vendeu todos os escravos que lhes pertenciam: uma família, composta de uma mulher crioula chamada Archângela, com 28 anos, e seus dois filhos mestiços Pedro, de 7, e Anna, de 4. Talvez a Senhora Vianna já estivesse há algum tempo esperando para fazer isto, suspeitando que Archângela estivesse tendo um caso com seu marido, e que os dois pequenos escravos fossem também filhos dele. Seja qual for a razão, Archângela e seus dois filhos foram levados a leilão e vendidos. Os documentos não informam a quem, nem mesmo se para a mesma pessoa. Mas eles mostram que ela tinha duas outras filhas: uma de, aproximadamente, dezesseis anos, que tinha sido vendida em 1871, e um bebê, Agostinha, batizada em 1874. O que aconteceu com elas, não sabemos.⁹⁵

Os escravos não tinham de lidar, apenas, com a dor da separação e a incerteza decorrente das vendas. Eles também enfrentavam punições arbitrárias e cruéis, por ofensas reais ou imaginárias. Steiger afirmava que punia problemas disciplinares rápida e severamente. Ele mantinha a ordem — disse o imigrante suíço, a Maximiliano da Áustria — através da autoridade moral que o homem branco exerce sobre o negro, mas admitia que também recorria à palmatória e aos açoites, que podem ser a verdadeira razão pela qual ele conseguia manter seus escravos na linha. Ele também usava punições exemplares. Como escreveu Maximiliano,

⁹⁴ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, 02/737/1202/18, Manuel Francisco Dunda, 1873.

⁹⁵ APEB, SJ, Inventários, Ilhéus, 02/749/1215/01, Manuel Antonio Vianna, 1875.

citando-o: “Ou eu descobria o líder dos revoltosos, ou ordenava aos homens, tremantes e amedrontados à minha volta, que o indicassem, ou que o amarrassem. Então, eu fazia dele um exemplo”.⁹⁶ É evidente que a intimidação e a violência desempenhavam um importante papel em sua habilidade de controlar os escravos.

A disciplina não era menos severa em outras grandes plantações: em 1869, Faustina, uma mulher reescravizada, mostrou às autoridades as cicatrizes em suas costas, das chicotadas que havia recebido nas mãos do proprietário do Engenho União.⁹⁷ Em 1875, João Gomes queixou-se de que havia recebido uma punição que ele acreditava ser enormemente desproporcional à sua falta — a de requerer ao amo que o vendesse.⁹⁸ Exatamente qual foi essa punição, os documentos não dizem. João Theodoro de Farias deu na sua escrava Thereza “quatro golpes e um grande pontapé”, quando ela, certa manhã, apresentou-se atrasada para o trabalho porque estava se sentindo doente. Quatro dias depois, ela estava morta.⁹⁹ Perto dali, na Fazenda Castello, escravos que se comportavam mal eram acorrentados debaixo da casa do senhor, de acordo com a tradição oral.¹⁰⁰

Os castigos físicos não eram a única maneira com que os senhores lidavam com os problemas que percebiam em suas plantações. Egydio Luis de Sá vendeu o escravo que ele suspeitava ter assassinado seu outro escravo, Sabino. Outros proprietários vendiam os escravos por ofensas menores: como Pedro Ferreira Bandeira disse em 1872, ele estava trocando sua escrava crioula Thereza, de 15 anos, por outra, pertencente ao primo de sua esposa, porque já estava farto do seu comportamento. A escrava, acusada de provocar uma briga entre dois escravos no latifúndio dos Sá, foi mandada trabalhar em uma plantação distante, embora não tenha ficado inteiramente claro se isto era uma punição, ou visava protegê-la dos outros escravos.¹⁰¹

⁹⁶ Maximiliano, *Recollections*, III:350.

⁹⁷ APEB, SH, Juízes, Ilhéus, maço 2401, José Antônio Guimarães Bastos, Juiz Municipal Suplente, ao Presidente da Província, 15 de fevereiro de 1870.

⁹⁸ APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo, africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

⁹⁹ APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava, 1887.

¹⁰⁰ Entrevista Boin, julho de 1999.

¹⁰¹ APEB, SH, Juízes, Ilhéus, maço 2402, Antonio Gomes Vilhaça, Juiz de Direito ao Presidente da Província, 20 de dezembro de 1871.

O ponto fundamental é que os escravos tinham pouco ou nenhum controle sobre aspectos significativos de suas vidas. Onde eles viveriam, com quem, sob que condições, e de que forma eles criariam seus filhos, não eram decisões que eles pudessem tomar. O senhor de escravos sempre se interpunha entre eles, sua família e amigos e, em última análise, entre eles e a liberdade. Isto não significa que eles não tentavam controlar o maior número possível de aspectos da sua vida — eles tentavam — mas isto não lhes era fácil.

Resistência escrava

Os escravos não aceitavam passivamente sua situação. Como sabemos, entre o final do período colonial e os primeiros anos da Independência, os escravos de Ilhéus estiveram entre os mais rixosos e rebeldes do Brasil.¹⁰² Os escravos do Engenho Santanna rebelaram-se em 1787 e, depois de paralisarem o Engenho e viverem dois anos na floresta, negociaram um tratado de paz com o proprietário do latifúndio, e retornaram à plantação. Foram imediatamente presos: alguns dos rebelados foram vendidos, enquanto os líderes foram levados a Salvador e encarcerados. Os escravos revoltaram-se novamente em 1821, quando o Marquês de Barbacena era o proprietário do engenho. Foram necessárias as milícias reunidas de Ilhéus, Camamú e diversas outras cidades costeiras para esmagar a rebelião e trazê-los de volta à plantação.¹⁰³ O Engenho Santanna somente se acalmou nos anos 1830, quando chegaram os Sá e dividiram o grupo em, talvez, cinco subgrupos de 30.

¹⁰² Estudos sobre o radicalismo sugerem que a condição de pobreza, isoladamente, não leva as pessoas a se rebelarem, e que condições extremamente ruins podem inibir a rebelião. Pessoas famintas — isto é dito com frequência — têm dificuldade para lutar. Assim, enquanto a rebelião dos escravos do Engenho Santanna deve ser vista como uma indicação de insatisfação, isto não deve, necessariamente, levar à suposição de que eles eram tratados pior do que a maioria dos escravos brasileiros. Sobre as revoltas de escravos na Bahia, vide Reis, *Slave Rebellion*, e Reis e Silva, *Negociação e Conflito*. Vide também Schwartz, *Sugar Plantations*, especialmente a pág. 474. Para um estudo aprofundado de uma revolta de escravos — embora na Guiana, e não no Brasil — vide Emília Viotti da Costa, *Crowns of glory, tears of blood*, New York, Oxford University Press, 1994.

¹⁰³ Sobre a primeira revolta e o tratado de paz, vide Stuart Schwartz, "Resistance and accommodation in 18th century Brazil: the slave's view of slavery," *HAHR* 57:1 (1977) e Reis e Silva, *Negociação e conflito*, 123-124. Sobre a segunda revolta, vide Reis e Silva, *Negociação e conflito*, 125-126.

Fugas de escravos continuaram a acontecer, mas raramente em grande número. Em 1818, Pedro Weyll precisava vigiar constantemente seus escravos, com medo de que eles escapassem. Apesar da densa floresta e de Guerens hostis em torno do latifúndio, Weyll afirmava que seus escravos escapariam na primeira oportunidade que tivessem.¹⁰⁴ Em 1832 e 1835, outras fugas foram relatadas ao governo da Bahia e, em maio de 1835, o Juiz de Direito informou aos seus superiores acerca de uma “insurreição” de escravos.¹⁰⁵ Uma outra fuga em grupo teve lugar nos anos 1870, quando, talvez, dez ou doze homens fugiram das plantações Galo, Bastos e Lavigne, próximas à Lagoa Itaípe.¹⁰⁶

É bem possível que tenha havido outras fugas, porque os proprietários de plantações de Ilhéus queixavam-se de quilombos nas três partes da floresta: entre a Lagoa Itaípe e a Barra do Rio de Contas, perto do que veio a ser a Fazenda Almada, e ao sul do Engenho Santanna, na direção de Olivença. Quilombos foram descobertos e destruídos nessas áreas em cada uma das quatro primeiras décadas do século XIX.¹⁰⁷ Entre os anos 1840 e 1860, faz-se menos menção a eles, mas as queixas emergiram novamente nos anos 1870, após uma fuga das plantações próximas à Lagoa. A despeito do medo das elites, esses quilombos não se pareciam com a grande povoação de Palmares. Na verdade, os primeiros quilombos, bem como os quilombos tardios, eram pequenos ranchos na floresta. Seus habitantes caçavam e pescavam, e plantavam mandioca e outros vegetais para se sustentar. A vida em tais locais não era confortável: para parafrasear João Gomes, um quilombola de Ilhéus nos anos 1870, era como levar “a vida de um animal selvagem.”¹⁰⁸

Nem a grande revolta de escravos, nem a tentativa de fuga em massa, que os proprietários temiam, materializaram-se, mas houve violentos ataques ocasionais aos senhores de escravos ou aos seus agen-

¹⁰⁴ Spix e Martius, *Viagem pelo Brasil*, II:161.

¹⁰⁵ APEB, SH, Juizes, Ilhéus, maço 2395-1, José Antônio Guimarães Bastos, Juiz Municipal Supplente para o Presidente da Província, 15 de fevereiro de 1870; maço 2402, 29 de agosto de 1871.

¹⁰⁶ APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo – africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

¹⁰⁷ Sobre quilombos em Ilhéus, vide João José Reis, “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro-Bahia, 1806” in João José Reis e Flávio Silva. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 332-373.

¹⁰⁸ APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo – africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

tes.¹⁰⁹ Em 1834, um oficial da milícia local, que caçava escravos, foi morto por um deles.¹¹⁰ Embora as autoridades acreditassem que Sabino, o feitor da plantação de Egydio Luis de Sá, tivesse sido morto em virtude do seu envolvimento num triângulo amoroso, sua posição como feitor também o tornava um alvo em potencial dos escravos que ele administrava. Assim, seu assassinato poderia ter conexão com sua aliança com o proprietário da plantação.¹¹¹ Um senhor de escravos foi atacado diretamente nos anos 1870. Alguém atirou em Fortunato Pereira Gallo, quando ele saía da casa de um amigo na cidade de Ilhéus, certa noite, por volta das 21:00 horas. O atacante nunca foi preso, mas houve grande especulação de que o autor do tiro tinha sido um dos seus escravos recentemente evadidos. Dois anos depois, ele foi alvejado e ferido quando andava a cavalo com seu filho pelos pastos da fazenda. Os ferimentos, apesar de dolorosos, aparentemente, não foram muito sérios, já que ele, afinal, veio a se recuperar por completo. Ele sustentava que seus atacantes tinham sido os mesmos escravos fugidos que, segundo ele, tinham-no ferido anteriormente.¹¹²

As autoridades levaram a sério a ameaça à vida de Gallo. Ajudadas por latifundiários e fazendeiros, localizaram e destruíram os pequenos quilombos nas florestas, pertencentes aos escravos que, segundo se acreditava, tinham atacado Gallo. Presumivelmente, também foram feitas batidas nas senzalas das fazendas daquele distrito, embora os documentos não digam isto de forma tão explícita. A busca só terminou quando um escravo fugido, João Gomes, entregou-se e confessou o crime.

Essa discussão sobre fuga e ataque, entretanto, oculta a forma mais comum de resistência, aquela que Eduardo Silva chamou de negociação. Os escravos tentavam administrar suas vidas e controlar as condições de escravização até onde era possível, através da manipulação cotidiana do sistema. Eles recorriam à fuga e aos ataques aos seus senhores somente quando a negociação não produzia efeitos.

¹⁰⁹ APEB, SH, Juízes, Ilhéus, maço 2402, Juiz de Direito ao Presidente da Província, 1º de junho de 1875.

¹¹⁰ APEB, SH, Juízes.

¹¹¹ Para outros casos de escravos atacando feitores, vide Castro, *Das cores do silêncio*, 133-134.

¹¹² APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo – africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

O caso de João Gomes mostra a forma como a resistência podia começar com a negociação, e ir se agravando até tornar-se algo mais radical. João Gomes era um homem de aproximadamente 60 anos em 1875, escravo no Engenho Santo Antonio das Pedras, o qual estava, rapidamente, tornando-se numa das duas maiores plantações de cacau de Ilhéus. Gomes era do Congo, nascido no Reino de Angola, e não sabia há quanto tempo tinha sido escravizado, mas, aparentemente, era um adulto jovem quando foi trazido ao Brasil. Nos anos 1870, ele tinha estado trabalhando na enfermaria, na agricultura e na olaria do latifúndio. Ele era um escravo incomum. Conseguiu que as autoridades registrassem as suas origens e o nome de seu pai, Gomes Maland, e lhes disse muito sobre suas expectativas de vida sob o jugo da escravidão. Gomes, aparentemente, falava um português fluente, sabia muito sobre o Brasil e alguma coisa sobre a forma como o sistema escravocrata português e brasileiro funcionava, talvez porque ele tivesse nascido em Angola. Entre outras coisas, ele sabia que um escravo poderia ter de desempenhar várias formas de trabalho e viver em muitos tipos diferentes de comunidade.¹¹³ Ele passou muito tempo, nos anos 1870, tentando mudar as circunstâncias de sua escravização.

Começou, pedindo ao amo que o vendesse, uma clara estratégia de negociação semelhante àquelas descritas por Silva. Esta, entretanto, falhou, porque Gallo, não era, aparentemente, um senhor que tolerasse pedidos vindos de seus escravos. Ao invés de aceitar a proposta de Gomes, Gallo o puniu. A punição nunca foi descrita, mas Gomes, mais tarde, comentou que ela fora injusta, e, assim, ele fugiu na primeira oportunidade.

A vida nas florestas de Ilhéus, quer fosse numa plantação de cacau em seus limites, quer fosse num quilombo, não era algo que Gomes estivesse preparado para suportar. Ele descreveu a vida nas florestas, onde vivia da caça, como a de um “animal selvagem”, e desenvolveu uma nova estratégia. Esta envolvia a tentativa de manipulação do sistema legal para forçar Gallo a vendê-lo, e pode ter incluído, também, um ataque a Gallo. No dia seguinte àquele em que as autoridades destruíram

¹¹³ APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo – africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

o quilombo no qual ele vivia, Gomes entrou na cidade de Ilhéus portando um rifle e uma faca de mato, e confessou que tinha atirado em Gallo. Suas armas lhe foram tiradas e ele foi interrogado e preso: as autoridades claramente duvidavam de que ele tivesse sido o responsável pelo ataque. Havia boas razões para isto. Gallo havia, inicialmente, relatado que dois escravos haviam atirado nele, e que nenhum dos dois era Gomes, embora todos fossem membros do mesmo quilombo. As autoridades não tinham motivos para suspeitar dele, nem podiam entender por que um escravo atacaria seu dono dois anos depois de ter, com sucesso, escapado dele. Além disto, reconheceram que a liberdade arduamente conquistada por Gomes tinha acabado no momento em que ele tinha se rendido. Acharam incompreensível que ele tivesse se entregado voluntariamente, e suspeitaram de algum truque. Considerando os ataques ao quilombo e, presumivelmente, também às senzalas locais, eles tinham razões para suspeitar de que alguém tinha sido escolhido para sacrificar-se em nome do grupo. Gomes descartou essas suspeitas, negando que tivesse sido forçado por quem quer que fosse a se render, e sustentando que não tinha tido a intenção de matar seu senhor, mas que, ao ouvir a voz do seu dono, certo dia, havia começado a lembrar-se das terríveis “punições que tinha sofrido, do péssimo tratamento que Gallo lhes dispensava, fazendo-os passar necessidades e sofrer injustiças”. Sob a influência dessas amargas lembranças, e sendo incapaz de suportar a vida na floresta por mais tempo, ele tinha atirado em seu senhor. Finalmente, as autoridades aceitaram sua história.¹¹⁴

O que aconteceu em seguida, no entanto, demonstra até onde Gomes estava preparado para chegar, a fim de controlar sua própria vida. Quando levado a julgamento, ele subitamente passou a negar que tivesse atirado em seu senhor, e jogou a culpa em outros escravos. Mas, em vez de dizer que tinha sido espancado ou torturado para confessar, ele disse que havia optado por fazê-lo na esperança de que as autoridades intervissem junto ao seu proprietário e o fizessem vendê-lo. Sua confissão teria sido tão próxima do que realmente acontecera porque ele teria ouvido os verdadeiros autores do atentado discutindo-o. Apesar de suas sus-

¹¹⁴ APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo – africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

peitas iniciais, desta vez, as autoridades ignoraram suas afirmativas: Gomes foi condenado à morte em 1875. Ele, entretanto, escapou a este destino, porque o promotor público apelou da sentença de morte ao Imperador e, em 1877, a Princesa Isabel comutou sua pena para vinte anos de trabalhos forçados. Gallo renunciou a quaisquer interesses sobre ele, mas os registros do caso criminal não fornecem informações sobre onde ele passou o período de sua sentença.¹¹⁵ Ele foi bem sucedido em mudar suas circunstâncias, mas não em controlá-las.

O caso de Gomes mostra até onde alguns escravos estavam dispostos a ir para tentar dirigir suas vidas dentro do contexto de um sistema escravocrata, com o qual eles, evidentemente, não estavam satisfeitos, e como as formas de resistência podiam tornar-se mais drásticas com o tempo. Gomes não começou por pedir sua liberdade — pelo menos, de acordo com seu depoimento — e sim pediu para ser vendido, presumivelmente para alguém que morasse num lugar melhor, e que iria tratá-lo melhor. Quando essa estratégia falhou, ele fugiu. Quando também esta estratégia falhou, ele confessou um crime que, provavelmente, não tinha cometido, apostando na possibilidade de que as autoridades iriam vendê-lo, ao invés de matá-lo. Ele ganhou a aposta, mas arriscara-se terrivelmente, e ainda não está claro que ele negociou, e obteve sucesso, com o sistema.

A resistência diária nem sempre chegava a tais extremos, e nem nós sabemos muito sobre ela. Isto não se deve somente ao fato de que os senhores de escravos deixaram de registrar esses atos, mas também à circunstância de que os escravos tentavam manter distância entre eles e seus donos e, em particular, evitar que os senhores soubessem de tudo o que se passava nas senzalas. O escravo Diogo, no latifúndio dos Farias, formulou isto muito bem: ao sair de sua casa, e encontrando sua amante Thereza a brigar com seu parceiro Pedro, ele disse aos dois que “não falassem tão alto, para o branco não ouvir”. Manter a autonomia e a privacidade não era, necessariamente, uma questão de fuga — podia ser, simplesmente, uma questão de manter-se fora do alcance do senhor.¹¹⁶

¹¹⁵ APEB, SJ, nº 21/748/9, Réu: João Gomes, escravo – africano, vítima: Fortunato Pereira Galo, 1875.

¹¹⁶ APEB, SJ, nº 06/182/15, Réu: Diogo, escravo, vítima: Tereza, escrava, 1887.

Em última análise, a maioria dos escravos tolerava sua condição somente enquanto tinham de fazê-lo. Essa tolerância iria desaparecer por completo com a abolição, quando escravos em todo o município partiram. Na Fazenda Almada, pertencente aos Cerqueira Lima, bem próxima ao latifúndio de Gallo, os escravos estavam moendo mandioca e fabricando farinha, quando alguém chegou, anunciando aquilo a que eles se referiam como o “dia da liberdade”, em maio de 1888. Sua reação mostrou o que eles pensavam da escravidão: ao ouvirem a boa nova, apanharam toda a mandioca e a jogaram fora, para os animais comerem. Em seguida, foram embora.¹¹⁷ Uns poucos escravos de casa permaneceram para contar a história aos trabalhadores livres que chegariam para tomar o lugar dos escravos, de forma que sua história foi passada adiante, mas a maioria nunca retornou para trabalhar nas plantações onde eles tinham sido escravos.

A escravidão em Ilhéus numa perspectiva comparativa

Estudiosos da escravidão no Brasil reconhecerão muita coisa na experiência dos escravos em Ilhéus.¹¹⁸ A posição dos escravos na sociedade, o trabalho que eles realizavam, o papel que desempenhavam na garantia do crédito agrícola, as condições em que viviam e seus esforços para resistir à escravidão são comparáveis às experiências de escravos em outras comunidades brasileiras do século XIX.

O pequeno número de escravos, no entanto, levou alguns historiadores e outros a pensarem que a escravidão não era importante na Ilhéus do século XIX, presumindo que a escravidão só era importante em áreas onde predominavam grandes propriedades e grandes contingentes de escravos. Esse argumento, entretanto, não se sustenta. Historiadores e sociólogos têm demonstrado que a quantidade de escravos numa comunidade e num latifúndio, estância ou fazenda, podia variar enormemente. Há mais de 20 anos, Fernando Henrique Cardoso demonstrou que, em-

¹¹⁷ Entrevista, “Boin”, julho de 1999.

¹¹⁸ Per da Costa, um plantador do Rio, acusava uma queda de 5% ao ano em sua população de escravos, apesar do bom tratamento. Alguns observadores apontaram para taxas de mortalidade extremamente altas, especialmente quando o debate sobre a abolição tornou-se mais acalorado. Da Costa, *Da senzala*, 281. Vide também, da Costa, *The brazilian empire*, 134.

bora o número de escravos no Rio Grande do Sul tenha sido pequeno, eles podiam representar entre 25 e 50% das comunidades nas quais estavam escravizados, em 1814.¹¹⁹ Barickman mostra que a população escrava na Bahia rural do início do século XIX variava amplamente, de 19,7% a 53,7% da população total, dependendo do uso que se fazia da terra.¹²⁰ Aqueles municípios onde se plantava predominantemente cana-de-açúcar, como Santo Amaro, tinham, de longe, as maiores quantidades de escravos e a mais elevada proporção deles na população total. Os municípios onde se cultivava predominantemente o tabaco, como São Félix, ou nos quais a mandioca era a cultura predominante, como Maragogipe, tinham um número bem menor de escravos e uma proporção mais reduzida de escravos na população em geral.¹²¹

Contudo, mesmo naquelas comunidades onde havia um grande número de escravos, poucas pessoas possuíam, realmente, muitos escravos. Em seu estudo do Recôncavo, Stuart Schwartz descobriu que poucos plantadores de cana-de-açúcar possuíam mais de 30 escravos, e que apenas um número muito pequeno possuía mais de 100. Em quatro municipalidades, ele verificou que havia uma média de 7,2 escravos por proprietário. Em Jaguaripe, 3/4 de todos os senhores de escravos tinham menos de cinco escravos, enquanto apenas três possuíam mais de 50.¹²² Ao mesmo tempo, na capital da província, de acordo com João Reis, 67,1% dos senhores de escravos possuíam apenas de um a dez escravos, enquanto Mieko Nishido chegou à conclusão de que 86,2% dos proprietários não tinham mais do que dez escravos, cada um.¹²³ A maioria dos senhores de escravos baianos não se assemelhava aos baroniais plantadores de café, proprietários de escravos, do Vale do Paraíba e do oeste paulista. Mesmo fora da Bahia, muitos senhores de escravos rurais não se assemelhavam a eles. Esse era o caso no Rio Grande do Sul e, segundo Hebe Maria Mattos de Castro, este pode até mesmo ter sido o

¹¹⁹ Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. Série Corpo e Alma do Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962, 42.

¹²⁰ Barickman, *A bahian counterpoint*, 128-129.

¹²¹ Barickman, *A bahian counterpoint*, 141-153.

¹²² Schwartz, *Sugar plantations*, 440-441.

¹²³ João José Reis, *Slave rebellion in brazil: the muslim uprising of 1835 in Bahia*. Trad. por Arthur Brakel, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1994, 25; Mieko Nishido, "Manumission and Ethnicity in Urban Slavery: Salvador, Brazil," *HAHR*, 73:3 (1993) 369.

caso em alguns distritos cafeeiros. Ela demonstrou que os fazendeiros do município de Capivari, no Rio de Janeiro, possuíam uma média de menos de 30 escravos.¹²⁴ Outras pesquisas em arquivos, com a atenção mais concentrada naquelas áreas onde as propriedades eram menores, ou onde as culturas exigiam um trabalho menos intenso, irão, sem dúvida, continuar a demonstrar-nos as complexidades da escravidão.

Se a pequena quantidade de escravos na população total, e o pequeno número de escravos por proprietário não faziam de Ilhéus uma anomalia, a manutenção do tamanho da população escrava, nas proximidades da abolição, também não a tornava uma exceção dentre as comunidades baianas. Na maior parte da Bahia, a população escrava cresceu muito entre 1800 e 1850, e caiu dramaticamente após 1850. Em 1808, havia 139.391 escravos na Bahia. O tráfico de escravos trouxe mais várias centenas de milhares nos vinte anos seguintes, de forma que, em 1824, havia 524.000 escravos na província. No entanto, a despeito das contínuas importações de escravos entre 1824 e 1850, menos da metade deles, ou seja, 167.824, restava quando os recenseadores contaram a população da Bahia em 1872.¹²⁵ Altas taxas de mortalidade e a venda de escravos baianos para as regiões cafeeiras do sul provocaram este declínio, que continuou até a abolição, mas, surpreendentemente, o número de escravos residentes no Recôncavo era quase o mesmo, em 1872, que tinha sido meio século antes.¹²⁶ A província abrigava cerca de 90.000 escravos, em 1815, e cerca de 70.000 em 1872.¹²⁷ O mesmo aconteceu em Ilhéus, onde a população escrava não parece ter decaído antes dos anos 1870, e permaneceu mais ou menos estável até o início dos anos 1880, até que começou a declinar. O cacau estava tornando isto possível em Ilhéus.

Desta forma, a maioria dos plantadores de Ilhéus assemelhava-se muito a outras comunidades baianas, e particularmente às comunidades

¹²⁴ Hebe Maria Mattos de Castro, *Ao Sul da História: Lavradores pobres na crise no trabalho escravo*. São Paulo, Brasiliense 1987.

¹²⁵ Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

¹²⁶ B. J. Barickman, "Persistence and decline: slave labour and sugar production in the bahian recôncavo, 1850-1888, *JLAS*, (1996): 581-633.

¹²⁷ Barickman, *A bahian counterpoint*, 128-130.

da mandioca e do tabaco, estudadas por Barickman. Com seus latifúndios e fazendas policulturais, Ilhéus assemelhava-se mais às comunidades da mandioca e do tabaco do que às açucareiras, mas estava dentro do padrão geral das comunidades agrícolas baianas. A cidade se inseria no contínuo da escravidão baiana. Não era nem um pouco atípica.

A importância da escravidão em Ilhéus

A discussão acerca de escravos e de escravidão em Ilhéus tem demonstrado que os escravos e a escravidão foram importantes para a cidade no século XIX e para o início da cultura do cacau. Contudo, a importância da escravidão, para Ilhéus ou para qualquer sociedade, não repousa apenas na quantidade de escravos que havia na cidade, no número de escravos por residência, no número de residências que possuíam escravos, ou no tipo de trabalho que eles realizavam. Repousa, também, na divisão da sociedade entre pessoas livres, libertos e escravos, e no desenvolvimento de uma hierarquia social e cultural, na qual os brancos descendentes de europeus são privilegiados, e os negros descendentes de africanos não o são. É certo que pessoas de ascendência africana, de vários tons de pele, podiam tornar-se livres, podiam adquirir propriedades e podiam ascender nessa sociedade, mas as atitudes que aquelas pessoas livres, particularmente os brancos ou quase brancos, desenvolveram frente aos escravos e aos ex-escravos iriam continuar assombrando Ilhéus após a abolição, como aconteceu em outras comunidades.

Poderíamos, mesmo, dizer que a escravidão pendia como uma mortalha sobre Ilhéus, quando já ia bem avançado o século XX. Escravos haviam criado muitos dos futuros fazendeiros e latifundiários de cacau, incluindo, pelo menos, metade dos plantadores e comerciantes mais ricos de Ilhéus em 1912 e, pelo menos, 1/3 dos latifundiários e fazendeiros que faleceram entre 1890 e 1920. Esses latifundiários e fazendeiros de cacau estavam entre os mais importantes políticos e burocratas na Ilhéus do fim do século XIX e início do século XX e, na verdade, em alguns casos, na Bahia. Suas atitudes e comportamentos iriam determinar as interações entre os fazendeiros de cacau do sul da Bahia, representantes do mercado internacional, e as autoridades governamen-

tais da Bahia por muitos anos após a abolição. O legado da escravidão iria determinar as atitudes de pais sobre quem seriam os pares adequados para seus filhos, e iria determinar o debate político no sul da Bahia por quase todo o século XX. Assim, quando os pequenos fazendeiros das regiões limítrofes, muitos deles mestiços, e alguns antigos escravos, tentavam vender seu cacau, tentavam defender-se em processos judiciais, obter o título de suas terras, casar-se bem, ou simplesmente caminhar na cidade, viam-se expostos às atitudes e preconceitos de um grupo de pessoas que, uma vez, haviam possuído escravos. Se esses pequenos fazendeiros tinham estado, de alguma forma, ligados a antigos senhores de escravos, eles poderiam ver-se inseridos numa rede clientelística que poderia ser-lhes vantajosa. Se não, eles poderiam experimentar a fria severidade da lei. Em nenhum dos casos, porém, eles seriam iguais.

Os documentos sobre o sul da Bahia no século XIX não deixam dúvidas de que se tratava de uma sociedade escravocrata. Não havia uma divisão clara entre cultivos com trabalho escravo e cultivos com trabalho livre na região. A posse de escravos determinava quem poderia investir maciçamente em cacau no século XIX, e quem não teria condições de fazê-lo, e as hierarquias sociais baseadas na raça e na classe assemelhavam-se muito às daquelas de outras partes da Bahia. A sociedade ilheense do século XIX era dividida entre pessoas livres e pessoas escravizadas, entre pessoas que tinham condições de possuir escravos e aquelas que não tinham, mas não entre plantadores de cacau que se recusavam a fazer uso de escravos e todos os outros plantadores. Os escravos não plantaram todo o cacau do sul da Bahia no século XIX, mas eles plantaram muito cacau, eles serviram de garantia para a maioria, se não para todo o capital investido na área antes da abolição, e eles criaram os homens e mulheres que iriam tornar-se alguns dos homens e mulheres mais ricos do Estado da Bahia nas primeiras três décadas do século XX. Além disto, as experiências que aqueles escravos viveram no sul da Bahia assemelhavam-se às experiências vividas pelos escravos em toda parte, nas Américas: eram postos a trabalhar; vendidos, comprados e herdados; seduzidos, estuprados e privados de seus direitos enquanto pais de seus filhos; açoitados e espancados por atos menores ou maiores de insubordinação; e enterrados em covas desprovidas de lápides. Ocasional-

mente, tornavam-se servidores de confiança, libertados após longos anos de serviços e enterrados ao lado da pessoa que eles haviam servido, mas sempre eram peças valiosas de propriedade, que pertenciam a alguém. Quando o “dia da liberdade” chegou, a maioria deles abandonou os latifúndios e fazendas onde tinham estado escravizados, mostrando o que eles pensavam da instituição. Diversamente do que ocorreu em outras partes da Bahia, no entanto, a abolição não arruinou seus antigos proprietários, pelo menos não aqueles que haviam investido no cacau. Esses antigos senhores de escravos prosperaram e tornaram-se algumas das pessoas mais ricas da Bahia, dominando politicamente Ilhéus até, pelo menos, 1912, e influenciando-a até hoje.